



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

ELBER NORTON DE SOUZA DOS SANTOS

EM TORNO DA JUTICULTURA: Apontamentos sobre o sistema de aviamento na cadeia de produção da juta no Baixo Amazonas.

Santarém
Julho de 2018

ELBER NORTON DE SOUZA DOS SANTOS

EM TORNO DA JUTICULTURA: Apontamentos sobre o sistema de aviamento na cadeia de produção da juta.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito de avaliação para a obtenção de título de Bacharel em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho

Santarém
Julho de 2018

ELBER NORTON DE SOUZA DOS SANTOS

EM TORNO DA JUTICULTURA: Apontamentos sobre o sistema de aviamento na cadeia de produção da juta.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito de avaliação para a obtenção de título de Bacharel em Antropologia.

Data de Aprovação: ___/___/___

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho (PAA - ICS-UFOPA)
Orientadora

Profa. Dra. Lucybeth Arruda (PAA - ICS-UFOPA)
Examinadora Interna

Profa. Dra. Danielle Wagner (IBEF-UFOPA)
Examinadora Externa

Profa. Dra. Lilian Rebellato(PAA - ICS-UFOPA)
Examinadora Interna

Aos extrativistas, coletores e produtores de recursos da Amazônia, em especial aos trabalhadores de juta do Baixo Amazonas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Nestor Sebastião Oliveira dos Santos e Erinalva de Souza por sempre me demonstrarem a importância e a relevância da educação e do conhecimento.

À professora Luciana Carvalho pelos anos de orientação e paciência.

Aos professores e servidores do Programa de Antropologia e Arqueologia, em especial às professoras Lucybeth Arruda e Lilian Rebellato, que aceitaram contribuir com este trabalho na condição de examinadoras. Da mesma forma, à professora Danielle Wagner, do Instituto de Biodiversidade e Florestas, que também compõe a banca avaliadora do trabalho.

À Embrapa e às Secretarias Municipais de Agricultura de Alenquer, Monte Alegre e Santarém, pelas explicações iniciais e pelo fornecimento de dados sobre a juta nessas localidades.

Aos interlocutores, antigos produtores de juta naqueles municípios, por compartilharem histórias de vida, memórias e informações sobre a atividade à qual outrora se dedicaram.

Por fim, ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, pela concessão de bolsa de iniciação científica ao longo de três anos, bem como ao Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia, financiado pelo PROEXT/MEC. Sem os recursos propiciados por essas instituições a realização da pesquisa de campo em Alenquer e Monte Alegre não teria sido possível.

RESUMO

Este trabalho analisou as relações de trabalho estabelecidas entre diferentes sujeitos integrantes da cadeia produtiva da juta em Alenquer, Monte Alegre e Santarém, no Baixo Amazonas, Pará. Combinaram-se, nesta pesquisa, métodos próprios da Antropologia aliados à História Oral para, a partir das narrativas de antigos produtores de juta registradas durante trabalho de campo naqueles municípios, compreender como se inseriam e se relacionavam os diferentes personagens que compunham a referida cadeia. Constatando que o sistema de aviamento – fonte rica de estudos para as ciências sociais e humanas de um modo geral – norteava as práticas socioeconômicas locais, o trabalho evidenciou como, de maneira singular, a cultura da juta era interligada ao modo de produção capitalista no interior da Amazônia. A juticultura, por fazer interagir pessoas de diferentes contextos e lugares em finalidades congruentes ou complementares, apresenta possibilidades diversas de compreensão sobre conceitos como “dívida”, “liberdade”, “crédito”, “assistência” e “compadrio”, entre outros abordados na pesquisa, que são caros aos estudos sobre como o trabalho de exploração de recursos naturais tem ocorrido na Amazônia.

Palavras Chave: Juticultura. Trabalho. Aviamento. Memória. Amazônia.

ABSTRACT

This work analyzed the working relationships established between the different subjects of the jute production chain in Alenquer, Monte Alegre and Santarém, in the lower Amazonas, Pará. In this research, there were combined methods of anthropology allied to oral history to, from the narratives of former jute producers registered during field work in those municipalities, understand how they were related and the different characters that composed the chain. Noting that the “aviamento” system – a rich source of studies for social and human sciences in general – guide the local socioeconomic practices, the work showed how, in a singular way, the jute culture were hitched to the capitalist mode of production in Interior of the Amazon. Juticultura, for making interacting people of different contexts and places in congruent or complementary purposes, presents a several possibilities of understanding about concepts such as "debt", "freedom", "credit", "assistance" and "sponsor", among others addressed in the research, which are significant to the studies of how the work of exploitation of natural resources has occurred in the Amazon.

Keywords: Juticultura. Work. Aviamento. Memory. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Atividades que compunham a produção de juta.	33
Figura 2: Esquema produtivo da fibra de juta	39
Figura 3: Cadeia produtiva e comercial da fibra de juta.	51
Figura 4: Agentes relacionados à produção de juta.....	57

LISTA DE SIGLAS

CATA- Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem

CPI- Companhia Industrial Amazonense

CTC- Companhia Têxtil de Castanhal

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IAN- Instituto Agronômico Nacional

IFIBRAM- Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais Amazônia

TECEJUTA- Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
TRABALHO COM MEMÓRIAS E ANTROPOLOGIA	14
1 HISTÓRICO DA JUTICULTURA	18
1.1 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA NA REGIÃO AMAZÔNICA	20
1.2 MIGRAÇÃO JAPONESA	22
1.3 INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS	29
1.4 POLIPROPILENO	33
2 PROCESSO PRODUTIVO DA FIBRA DE JUTA	35
2.1 DA SEMENTE À SACARIA	38
2.2 MEMÓRIAS DE TRABALHO SOBRE A PRODUÇÃO DA FIBRA DE JUTA	41
3 ECONOMIA DA JUTA DA AMAZÔNIA	48
3.1 O SISTEMA ECONÔMICO LOCAL NO CONTEXTO DA JUTA	48
3.2 AGENTES E ATIVIDADES NO COMÉRCIO DE JUTA	52
3.3 RELAÇÕES SOCIAIS APRESENTADAS NO CAMPO DE PESQUISA	57
3.4 COMO SE FAZ UM PATRÃO?	62
3.4.1 Projetos de vida	62
3.4.2 Relações de crédito	64
3.5 MEMÓRIAS DE TRABALHO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DA FIBRA DE JUTA	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta inicialmente do contato com a frente de pesquisa sobre memórias de trabalho de indivíduos que trabalhavam nos baixos postos e bases do processo de extração de bens primários da economia regional voltadas para as narrativas sobre as relações de trabalho de balateiros, coletores de balata (*Manilkara bidentata*), dos municípios de Alenquer, Almeirim e Monte Alegre desenvolvida no âmbito do Programa de Extensão Cultural na Amazônia (PEPCA) da Universidade Federal do Oeste do Pará. O estudo sobre as memórias desses antigos coletores de matéria-prima atentou para a diversidade de relações apresentadas no contexto social e cultural erigida em torno da esfera do trabalho baseada na exploração tanto dos recursos naturais como dos sujeitos que praticavam o trabalho de extração do látex da balateira.

Este empreendimento tomou como ponto de partida a reconstituição das memórias destes extratores de látex para a compreensão de como a esfera produtiva deste recurso natural norteava relações dos mais variados tipos entre os agentes de sua cadeia de produção relacionados ao contexto social, cultural e econômico, principalmente, o que levou ao delineamento de uma rede de relações e trocas culturais ainda pouco conhecidas na história da Amazônia. O sistema de aviação de comércio local era o que dava escopo e sustentava essas relações e trocas que se apresentavam diversas contextualmente, mantendo em contato produtores, atravessadores, patrões e comerciantes em uma dinâmica de certa forma divergente do ponto de vista sobre recursos naturais e sua comercialização, no qual a “patronagem”, a coerção e a subordinação econômica e social são recorrentes em meio à literatura sobre o tema.

Desta forma nas narrativas construídas por esses sujeitos percebeu-se como as relações de trabalho além de apresentar aspectos da vida social apontavam interações entre agentes pouco conhecidos da literatura sobre o sistema de comércio local, evidenciando outras relações associadas ao manejo e extração de recursos naturais nos variados ambientes amazônicos (florestas, fazendas, roças, beiras de rios e lagos), dentre as quais solidariedade, compadrio, assistência, generosidade e reciprocidade podem ser elencadas.

O projeto desenvolvido junto aos balateiros chamou atenção para a profundidade das narrativas construídas em torno do trabalho que se articulava com outras instâncias da vida social e produção cultural dos mesmos, aonde o labor tornou-se o eixo de memórias individuais e coletivas que sustentam várias versões acerca da

história da Amazônia. Desta forma as articulações apontadas dentro do contexto da balata foram pensadas na conjuntura econômica da produção de fibras naturais de juta (*Corchorus capsulares*) na região do Baixo Amazonas e seus municípios outrora conhecidos pela produção desta planta na região de várzea.

A possibilidade de estudo das relações que envolviam a produção e comercialização desta fibra natural se deu inicialmente pelo conhecimento de que tal mercadoria representou um grande setor da economia local em um passado recente e por ser reconhecida em alguns segmentos sociais na região pela quantidade de trabalho que era empregado em sua produção do ponto de vista de quem se dedicava a alguma das atividades acima mencionadas ou estava de alguma forma associada a elas.

Dentro deste espaço a pesquisa desenvolvida tendo a cadeia de produção da juta como objeto pautou-se em delimitar e situar os agentes que a compunham desde produtores de fibra e semente a financiadores de outras regiões através do registro das memórias de trabalho de pessoas que vivenciaram este período e estiveram associados à produção da fibra da planta baseado em seus pontos de vista.

Durante os anos de 2014 e 2015 entrevistas e visitas foram realizadas junto a instituições e pessoas que compunham o cenário da jiticultura no passado prestando atenção para as relações e interações mantidas pelos agentes da estrutura de produção e comercialização na região. Através do estudo sobre os relatos coletados com antigos produtores de juta é relevante mencionar como o sistema de comércio regional era parte constitutiva do modo de vida dos sujeitos envolvidos com a produção da juta, lançando luz também para novas configurações acerca deste sistema comercial que se mostrava, mediante os relatos coletados, aparentemente mais fluido e diverso do que se comparado a outras versões sobre trabalho e comércio na região.

Devido à importância que a planta de juta atingiu na região de Santarém e em outras localidades da várzea amazônica e à pequena quantidade de estudos dedicados ao tema, a delimitação da cadeia produtiva pelo acesso às memórias de antigos integrantes de sua base se mostrou um meio favorável para o estudo com base na oralidade a fim de compreender aspectos da vida social norteadas pelo sistema de aviação.

Por ter se tornado uma cultura de ampla difusão muito rapidamente a planta de juta atraiu vários braços para sua produção, dado as quantidades produzidas calculadas anualmente pode-se ter noção do número de pessoas envolvidas e interessadas no seu estabelecimento.

O cultivo da planta de juta na região do Baixo-Amazonas constituiu grande parte, quando não a única, fonte de renda de várias famílias. Estas compunham a base de produção da economia em torno da planta. Uma vez que colhiam a produção a repassavam por meio da venda ou da troca com comerciantes, patrões e negociantes da fibra que já faziam parte da esfera de comercialização do esquema, revendendo-a a outros comerciantes ou negociantes maiores até o beneficiamento das fibras extraídas da planta que ocorria em usinas instaladas ao redor das áreas de produção. Já beneficiadas seriam comercializadas com diversas finalidades sendo a confecção de sacos para o transporte de grãos a principal, que abastecia o mercado interno e externo, mas também para outros subsegmentos têxteis (a confecção de bolsas individuais ecológicas e o acabamento interno de automóveis, por exemplo). O emprego das sacarias de juta durante grande parte do século XX se deu pela qualidade da fibra que já era utilizada para o acondicionamento de café no oriente e subsequentemente de outros itens alimentícios ao contrário de outros derivados têxteis. A produção de café no sudeste do Brasil influenciou diretamente os segmentos industriais de tecelagem que necessitavam de sacarias para atender à demanda dos grãos em seu acondicionamento e transporte. A necessidade de sacarias pesadas com essa finalidade levou ao estabelecimento de usinas de beneficiamento em território nacional, que beneficiavam juta importada do oriente, mais tarde estabelecendo também áreas de produção nas várzeas da Amazônia que logo seriam o único local no país em que a planta era cultivada.

Ao ser produzida e comercializada ao longo do Rio Amazonas em grande quantidade a fibra oriunda da juta empregou grande parte da mão-de-obra local em seu cultivo da mesma forma que chamou a atenção de donos de comércio e investidores locais que passaram a comercializar a fibra de juta entre os locais de produção. Uma gama de pessoas compunha a estrutura de produção e comercialização desta mercadoria pelo que se tem ideia através de alguns registros bibliográficos sobre a produção nacional de juta e do relato de antigos produtores da região, o que evidenciou a particularidade de um sistema de comércio baseado em um item pouco conhecido atualmente. Pouco se sabe também das pessoas que no passado se dedicavam a trabalhar na lavoura ou no comércio de juta na região, e devido a isto a possibilidade de contato e registro com essas pessoas era pouco viável, dado que muito tempo já havia se passado desde a queda na produção da fibra. Desta forma foi ampliado o espaço em que a pesquisa com os produtores de juta foi empreendida para as cidades de Alenquer e Monte Alegre, importantes no cenário regional da produção do item.

Se valendo da Antropologia como referencial teórico e metodológico através da etnografia, o trabalho realizado com os interlocutores baseou-se nas narrativas de vida dos mesmos como meio de reconstituir memórias sobre o contexto de comercialização e produção da juta. Os personagens que compunham este contexto, segundo os relatos coletados, eram diversos, desde produtores e comerciantes a bancos e instituições de fomento agrícola, ligados por uma rede de relações que mantinha grande influência nos modos de vida dos mesmos. A interação entre estes agentes desde a base era subsidiada pelo sistema de aviamento no momento em que este garantia o fluxo entre a juta produzida e o lucro que era obtido em sua comercialização, da mesma forma com mercadorias e outros artigos trocados em torno da fibra. A dinâmica apresentada pelos mesmos apontou para outros aspectos do sistema de comércio local que divergiam do aviamento e da patronagem característicos da Amazônia, apresentando-se diversa e ampla, possibilitando inclusive oportunidade de enriquecimento e estabilidade para pessoas situadas em sua base. Além disso, a análise dos registros das memórias dos entrevistados permitiu perceber diversos elementos simbólicos que perpassavam a atividade econômica propriamente dita, revelando múltiplos aspectos da rede de relações sociais na jiticultura, o que apresentou uma possibilidade de pesquisa singular pelas interações e relações que aparentemente as pessoas ligadas a seu esquema de comércio mantiveram entre si durante algumas décadas do século passado.

O sistema de aviamento em torno da juta se diferenciava do modo como já conhecido este sistema de comércio na Amazônia através da borracha, pois no contexto pesquisado este sistema não gerava endividamento e trabalho escravo, mas sim permitia ao trabalhador obter crédito junto a financiadores e negociantes a fim de adquirir mantimentos e despesas familiares por exemplo. Para melhor compreensão deste sistema e sua permanência na região foi imprescindível extrapolar a dimensão produtiva/econômica da jiticultura e atentar para os sentidos que lhe são atribuídos pelos agentes nele envolvidos ao apontarem aspectos de reciprocidade e solidariedade no trabalho, dando primazia ao ponto de vista dos trabalhadores que nele atuam. Considerando que os antigos produtores de juta entrevistados mencionam certa “saudade” da época e sensação de “liberdade” experimentada a partir do trabalho, é interessante interrogar como estas relações sobreviviam em um sistema conhecido pela dependência, subalternidade e identificado frequentemente pela “escravidão por dívida”.

Trabalho com memórias e antropologia

A etnografia como método aplicado à inserção no campo de pesquisa em antropologia é dividida em antes e depois de Bronislaw Malinowski. Até por volta de 1920 a Antropologia fundada na época do colonialismo era desenvolvida por cientistas a partir do conhecimento bibliográfico e teórico sobre o objeto de estudo da disciplina, baseado em dados já recolhidos em expedições coloniais, sem necessidade do antropólogo se incomodar a ver com seus próprios olhos o que de fato a antropologia estudava. A relação entre o antropólogo e o nativo discutida por Malinowski (1978) rompe com o distanciamento de ambos ora praticado pela nomeada Antropologia de gabinete.

A etnografia defendida por Malinowski rompe com as práticas evolucionistas e comparativas em voga na Antropologia desta época. O método etnográfico proposto pelo autor abre caminho para a compreensão do universo do nativo através do ponto de vista do mesmo. A permanência no local de trabalho durante um longo período de tempo era necessário para um bom trabalho de campo, assim como contato direto com os nativos e o acompanhamento da vida do grupo estudado para a apreensão dos fenômenos cotidianos.

A condição da observação participante retratada por Malinowski diz respeito à interação que o antropólogo irá desenvolver através do cotidiano com as pessoas em que se encontra situado geograficamente distante de qualquer indício de “civilização”. Esta percepção do outro que era estudado pela antropologia acompanha a noção de “estar lá” que é praticada dentro da etnografia. Assumindo sua validade científica perante o circuito acadêmico, o trabalho antropológico, aliada da etnografia agora, resultava na monografia que era produto da longa experiência que o antropólogo tivera durante seu trabalho de campo, materializada através da escrita etnográfica.

Ao decorrer do século começou-se a debater no circuito acadêmico, o destino da pesquisa na disciplina de Antropologia, visto que na época uma recusa da pesquisa de campo pelos nativos instaurou-se nos debates sobre o futuro da disciplina. Frente ao avanço do capitalismo sobre as antigas colônias, o objeto de estudo da antropologia, pensou-se, estava a ponto de desaparecer.

Muito mais que as similitudes, era a diferença que interessava ao antropólogo segundo Lévi-Strauss (1962), e estas nunca seriam eliminadas. A etnologia representada pelo autor atenta para os contrastes entre os sujeitos de estudo da antropologia a partir

do esquema de análise estruturalista baseado em linguística, em que a proposta apresentada pelo mesmo situa o antropólogo como o mediador entre o universo do próprio antropólogo e o universo do pesquisado.

Em contraste com a escola estruturalista de antropologia, as críticas realizadas contra a disciplina no contexto da década de 1980 desencadearam um movimento de questionamento sobre os limites da Antropologia e do fazer antropológico. O trabalho de campo e a redação da etnografia agora eram colocados em questionamento à intervenção do antropólogo no contexto pesquisado. Era preciso interpretar, segundo Geertz (1989), a interpretação que o nativo tinha sobre sua cultura, relacionando-a a teia de significados e conceitos que o campo apresentava ao antropólogo. Este exercício tinha como momento final a descrição do trabalho de campo sob a forma de etnografia, apresentando um problema literário e psicológico ao mesmo tempo, ao pôr em relação o que se passou lá (no campo) e o que se escreve aqui (na academia) a fim de expor os resultados do processo de pesquisa.

A pesquisa iniciada junto aos interlocutores que antigamente se encarregavam do plantio de juta atentou para uma grande área de produção de fibra e semente de juta composta por várias cidades e municípios com base a partir de visitas à Secretaria de Agricultura e à Embrapa de Santarém. Através dos dados recolhidos elencou-se um conjunto de cidades e comunidades em que houvera produção de juta localmente, especificamente as cidades de Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre.

Dado este fato, percebeu-se também que os interlocutores já entrevistados possuíam idade avançada, diminuindo as possibilidades de um contingente maior de pessoas ainda vivas que tenham trabalhado na produção da fibra de juta, visto que desde a entrada de sacarias plásticas no mercado e a subsequente extinção da produção de juta no país já passaram mais de trinta anos, o que levou a considerar que uma pessoa que no passado participava da produção de juta na década de 1970 com 40 anos já apresentaria no mínimo 80 anos de idade. Ainda assim era presente na fala dos entrevistados a grande dimensão do comércio da juta, que arregimentava várias famílias em seu trabalho e movimentara a economia de muitas cidades durante muito tempo.

A história oral associada às narrativas de vida constituiu o meio através do qual as entrevistas juntos aos antigos trabalhadores foram realizadas. A história oral desempenhou um papel importante nas ciências humanas por dar voz a aqueles de quem pouco se fala e pouco se sabe, pessoas comuns que se encontravam nos mais variados segmentos sociais. Tanto na história como na antropologia, tal papel, que desempenha a

história oral, é amplamente utilizada atualmente em monografias e na produção de pesquisa de uma soma de temas. A centralidade da história oral como procedimento metodológico baseia-se na possibilidade de, através do relato individual, chegar ao campo da memória e descrevê-lo, assumindo assim uma forma que leva à reconstituição de memórias passadas. Sobre a importância da história oral Paul Thompson comenta que:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória (...), mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p. 17).

A entrada no domínio da memória através dos relatos individuais dos antigos trabalhadores de juta atesta o depoimento, em cada fala, de uma época caracterizada com diversos adjetivos, como próspero, difícil, alegre, entre outros. É no campo da memória que as recordações são finalmente expostas e podem ser descritas por meio da narrativa oral. Dentro do caso dos juticultores, as memórias individuais geralmente articulam-se com as memórias sobre o grupo de pessoas envolvidas no comércio da juta, sendo trabalhadores ou comerciantes e outros agentes ou personagens. Como afirma Halbwachs (2006, p. 69):

diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.

O contexto pesquisado correspondia a uma soma de relações que mantinham contato com várias esferas da vida cotidiana, e no meio deste emaranhado de relações foi possível traçar algumas etapas do processo do trabalho de produção da juta e seus desdobramentos. Sendo possível isto através da tomada do interlocutor como fonte fundamental de conhecimento sobre o tema.

O presente trabalho se pautou desta maneira em demonstrar a dimensão das relações de trabalho nas relações sociais no interior amazônico a partir da análise da cadeia de produção da juta, discutindo também o sistema de trabalho conhecido como aviamento com base nos dados recolhidos na pesquisa de campo. Desta maneira

procurou também investigar interpretações sobre a categoria do trabalho a partir do exercício etnográfico.

Em busca dos múltiplos sentidos e dimensões das experiências dos indivíduos situados no polo mais vulnerável da cadeia de produção, as narrativas biográficas dos moradores de várias comunidades de várzea que se dedicavam ao plantio de juta num passado relativamente recente, assumem valor cognitivo e tornam-se dados eloquentes para a construção de uma explicação socioantropológica que percebe o “homem comum não mais como um objeto a observar, mas como um informante melhor informado que o sociólogo que o interroga” (BERTEAUX, 1980, p. 219).

No trabalho sobre os juteiros aqui retratado é apresentada uma análise com base em sua cadeia de produção conhecida por meio bibliográfico e através do trabalho com base em Antropologia nas cidades de Alenquer, Monte Alegre e Santarém, tomando como primazia as considerações dos interlocutores sobre as relações que nortearam o comércio de fibra de juta.

A primeira parte do texto trata da história relativa à planta da juta e seu estabelecimento como item produtivo durante o século XX assim como um panorama dos contextos nacional e internacional relativo ao comércio de fibras. Dado que sua introdução na região foi resultado de ações nestas duas esferas desde seu cultivo por imigrantes japoneses à elevação dos números de exportação é importante expor como ocorreram mudanças nestes âmbitos e seus reflexos no contexto local.

O capítulo segundo trata do processo de cultivo, manejo e colheita da fibra e da semente de juta. O processo empregado nestas etapas dará resultado à fibra que será extraída da planta e depois transformada em sacarias e outros itens, que será apresentado com base em referências técnicas e bibliográficas e através do depoimento de alguns antigos produtores e agentes de comercialização.

O terceiro capítulo procura descrever a comercialização da fibra na região do Baixo Amazonas e elencar os agentes que compunham a estrutura de produção dela. Dando ênfase às relações descritas pelos interlocutores é abordado o sistema de comércio regional através dos relatos concedidos pelos mesmos, demonstrando como tais relações baseadas no sistema de aviamento eram apresentadas em torno da jiticultura, tratando de aspectos como o crédito, assistência, generosidade, como eram presentes e em que situações se manifestavam nesta configuração.

1 HISTÓRICO DA JUTICULTURA

A juta, cientificamente classificada como *Corchorus capsularis*, é uma fibra têxtil característica da região equatorial, em que seu cultivo, de fácil reprodução, se notabilizou com vista à confecção de sacarias para o acondicionamento de alimentos em fins do século XIX. Esta mercadoria oriunda da planta foi amplamente difundida no Brasil, especialmente na região Norte do país, apesar de que sua manipulação já era feita há tempos por populações do sudeste da Ásia às margens dos rios Ganges e Brahmaputra. Países como a Índia e Bangladesh já possuíam conhecimento sobre os modos de utilização da planta da juta, sendo pioneiros no que diz respeito ao trabalho de manipulação da semente e da planta, fato que demarcou a posição destes países no topo do comércio de fibra de juta mundial.

O aumento da importação da fibra de juta assim como sua produção na Ásia acompanhou diretamente o incremento na produção agrícola mundial na segunda metade do século XIX, como forma de atender à demanda agrária dos principais itens econômicos citados acima, de forma a subordinar uma economia à outra. Como aponta Souza (2008), a história da juta no Brasil não pode ser compreendida sem remeter à economia cafeeira do sudeste brasileiro.

O café, principal item de exportação do Brasil a partir de 1830, foi introduzido no país no início do século XVIII oriundo das Guianas e que ganhou terreno devido uma série de fatores que propiciaram sua ampliação, dentre os quais mão de obra escrava, clima tropical e solo de excelente fertilidade podem ser citados. Todos estes aspectos característicos do Brasil em alusão ao referido período apenas beneficiaram o café complementarmente ao grande capital acumulado pelo comércio açucareiro, que encontrou nos grãos de café um mercado em ascensão para seus interesses, aumentando seu cultivo e conseqüentemente sua venda, interna e externa, conforme a demanda pelo mesmo aumentava de maneira veloz.

Com o lucro obtido através do mercado exportador de grãos, vários empreendimentos foram apoiados pelos cafeicultores, ampliando os investimentos em vários setores da economia que moldaram o mercado interno brasileiro no início do século XX, como a construção de ferrovias, criação de bancos e injeção de capital em segmentos da indústria.

A indústria têxtil foi vultuosamente beneficiada com o auxílio dos cafeicultores, visto que a demanda por embalagens que pudessem acondicionar o café era

extremamente urgente para o transporte dos grãos. As sacarias utilizadas para este fim eram geralmente embalagens feitas de algodão, que supria a demanda da mercadoria, mas continha certos empecilhos.

Apesar de serem bastante utilizados, os recipientes de algodão não demonstravam ser adequados para tal utilidade. Apresentadas sob a forma de uma confecção rude e incipiente as sacarias de algodão logo foram substituídas pelas de juta, mais precisamente a partir de 1880, como aponta Souza (2008, p. 29):

Os cafeicultores decidiram importar de países asiáticos, sacaria derivada de fibra natural de juta, por ter sido reconhecida como a mais apropriada para a fabricação desta embalagem, principalmente para acondicionar o café (...), por ser mais resistente e não prejudicar o seu aroma e sabor.

Assim se deu início o processo de importação destas embalagens originalmente para o acondicionamento dos grãos de café. Segundo Gentil (1988) a Índia já fabricava tais recipientes oriundos da fibra para armazenar café desde 1851. Desta forma a sacaria começou a ser importada em larga escala para este uso, para após ser ampliado a outros produtos agrícolas como o cacau, açúcar, arroz e feijão. (Souza, 2008).

A alta demanda por estes invólucros fez com que a indústria de juta se consolidasse no mercado mundial, porém logo o governo brasileiro tomou consciência de que os custos com a importação dos mesmos apresentavam-se muito elevados, sendo mais fácil e barato, além de lucrativo, financiar a fabricação de sacarias derivadas da fibra de juta dentro do país. Este contexto favoreceu a implantação de indústria de fibras no Brasil, tendo sido iniciada com a fundação da Fábrica São João em 1887 no Rio de Janeiro, seguido por outras que no ano de 1907 já se calculavam em 10 fábricas destinadas à produção de sacaria de juta, atendendo às demandas de todo o país. Com o sucesso obtido pela produção de sacaria, as primeiras experiências de cultivo da planta no país foram realizadas às margens do rio Paraná em São Paulo e no rio São Francisco em Minas Gerais, mas em decorrência da inadaptabilidade do solo e do clima da região a cultura não foi avante (BRASIL, 1960; GONÇALVES, 1967).

Apesar do grande sucesso neste período, a indústria da produção de juta no país sofreu uma grande queda devido à crise econômica mundial de 1929, tendo afetado drasticamente a exportação deste item assim como a elevação do valor do mesmo, decaindo assim sua produção em decorrência da caída de preços do café e do custo elevado das importações das sacarias.

O momento mais drástico da crise na área têxtil brasileira no cenário da juta ocorreu em 1934 pela falência da Companhia Nacional de Tecidos de Juta que era resultado da fusão de duas fábricas de São Paulo, a Fábrica Santana e a Companhia Santista, e concomitantemente a este acontecimento, no ano de 1931 imigrantes japoneses ligados à Companhia Industrial Amazonense chegam à Amazônia, fundando a Vila Amazonas, local que viria a ser palco de testes para a produção da juta em solo brasileiro novamente, com sementes procedentes do estado de São Paulo e do Japão.

1.1 Breve histórico da economia na região amazônica

A economia da Amazônia tem sua origem atrelada às missões realizadas pela Igreja Católica e pela ocupação portuguesa em territórios ao longo do Rio Amazonas no primeiro século de instalação da coroa portuguesa no Brasil. À época da fundação de aldeias para a concentração de índios por Padres Jesuítas, foi sabido que os habitantes locais já praticavam a agricultura de certos itens e a coleta de outros, ao que e apropriaram os colonizadores disso para a comercialização via exportação das chamadas “drogas do sertão”, que eram constituídas pelo cacau, cravo, salsaparrilha, pimentas variadas e guaraná principalmente.

A atividade de coleta destes itens na floresta e sua posterior comercialização na Europa caracterizaram as atividades econômicas que deram origem ao que se pode denominar o primeiro ciclo econômico da região, o das drogas do sertão. Ao longo do período colonial, as atividades comerciais praticadas se concentraram especificamente na exportação destes itens para o mercado europeu.

Com a permanência dos jesuítas na região, a política de aldeamento demonstrou ser fundamental na concentração e posterior exportação das drogas do sertão. Os aldeamentos, ao agrupar diversos grupos indígenas distintos, serviam como base de produção para a atividade de coleta dos itens a serem exportados por concentrar um contingente de mão de obra propício para a finalidade.

A coleta das drogas do sertão desempenhou desta forma a primeira atividade econômica na região no período colonial, seguida pela coleta e exportação do cacau. Principalmente durante o século XVIII a lavoura cacauera representou a frente das atividades comerciais desempenhadas no interior amazônico, assim a fruta se tornou o produto mais exportado da região.

A dependência do mercado europeu por produtos oriundos da Amazônia gerou alta demanda pelos mesmos, de modo que a exportação tendia apenas a aumentar. À época das missões religiosas e proteção militar contra invasores estrangeiros em terras amazônicas, o comércio representou papel importante na tomada de medidas protecionistas e à expansão do comércio nas localidades amazônicas.

A extração de recursos naturais aumentaria exponencialmente entre os séculos XIX e XX após a descoberta da vulcanização da borracha para a produção industrial, principalmente americana e inglesa, que gerou uma grande procura pelo material e consequentemente o aumento da mão de obra para a extração do látex da seringueira amazônica. O que ocorreu neste período de grande procura por látex para o mercado mundial caracterizou o que se chama de terceiro ciclo econômico da Amazônia, representado pela extração da borracha. Segundo demonstram Cardoso e Müller (2008, p. 16):

Se o “ciclo” das drogas do sertão fez parte de uma economia que nasceu como uma reserva e participou como uma peça da pré-história do capital, a época da expansão do sistema capitalista em escala mundial, o ciclo da borracha nasce e se desenvolve tendo como objetivo baratear, via imposição de preços coloniais à borracha, o capital constante utilizado nos empreendimentos industriais das novas potências mundiais.

A borracha demandava um grande volume de matéria-prima para sua confecção. Esta matéria-prima era extraída principalmente no interior da Amazônia, e por sua alta procura para produzir, arregimentou um grande número de pessoas para sua extração.

Além da borracha, outras atividades econômicas desenvolveram-se no decorrer do século XX que contribuíram grandemente para o aumento da economia na região. A juta representa uma destas. Trazida por japoneses no início do século, a planta de juta se adaptou ao solo amazônico após longo período de falhas tentativas de aclimação, porém uma vez adaptada às exigências da várzea, a planta se tornou um dos itens mais cultivados na Amazônia.

A adaptação de sua planta na Amazônia representou uma possível alternativa à extração da seringa e de outros itens naturais para coleta e subsequente venda para o mercado. Apresentando primeiramente deficiências ao solo, apenas após sua influência seria positiva ao abrigar mão de obra ribeirinha ao longo de seu trabalho. Ao elencar o contingente de mão-de-obra envolvido na extração da castanha, balata, pecuária e juta, Cardoso e Muller (2008, p. 34) advertem a “considerar que umas 300 mil pessoas

dependem diretamente destas atividades e, por conseguinte, 200 mil da juta, não parece ser uma hipótese descabida”.

As regiões que abasteciam o comércio de juta, que se concentravam ao longo do rio Amazonas próxima às cidades, formavam uma rede de relações comerciais entre diversos indivíduos, evidenciando o caráter do trabalho nas relações sociais do interior amazônico. A partir da comercialização da juta em paralelo ao cacau, pimenta do reino e a castanha, o comércio na região se concentrou na troca comercial subsidiada pelo sistema de aviamento de mercadorias a crédito. Subtraída a participação da moeda nas trocas comerciais, a dívida elenca o papel de obrigação pessoal entre a pessoa que compra a dívida das mercadorias (aviado) de quem as possui e pede em troca a quantidade do que era produzido ou extraído pelo primeiro (aviador).

Ao longo da segunda metade do século XX a economia da Amazônia se concentrou na exploração e exportação dos recursos naturais através do sistema de aviamento de mercadorias. É deste ponto que a cadeia de relações entre os diversos agentes envolvidos na juta pode ser evidenciada.

Após a adaptação da semente da juta, a fibra que era produzida no rio Amazonas era consumida exclusivamente pela Companhia Industrial Amazonense (CPI) até a instalação de uma série de fábricas semelhantes a essa para o beneficiamento de juta. Como apresentado no capítulo anterior, a cidade de Santarém e a cidade de Alenquer se destacavam na produção deste item tanto sob a forma de fibra como a de semente. A partir do labor praticado nas áreas de produção na várzea das duas cidades, os trabalhadores juteiros apresentaram ser uma possibilidade de estudo e compreensão do sistema que era regimentado pelas relações estabelecidas neste contexto. Através do trabalho de campo orientado pela antropologia, o trabalho envolvendo estas pessoas em ambas as cidades se concentrou sobre a descrição das narrativas apresentadas pelos mesmos através de entrevistas. Antigos produtores e aviadores que mantinham contato com os demais agentes da cadeia de produção e comercialização da fibra, desde sua base elencada pelo trabalhador da várzea até seu topo nas casas aviadoras das capitais.

1.2 Migração Japonesa

Percebendo a semelhança entre as áreas de várzea do Rio Amazonas e as bacias dos rios Ganges e Brahmaputra pela alta fertilidade dos solos e o clima equatorial tropical, colonos japoneses no Brasil deram início à campanha de adaptação das

sementes de juta na Amazônia, no município de Parintins, mais precisamente em sua colônia de contrerrâneos denominada Vila Amazonas. Apesar de desde 1902 ocorrerem várias tentativas de produção de juta no Brasil (HOMMA, 1995) o cenário brasileiro ainda dependia de juta indiana para abastecer os parques de aniagem internos, mas após o sucesso de adaptação das sementes no norte do país a cultura da juta logo se espalhou por vários estados brasileiros.

No ano de 1937, após várias tentativas de adaptação ao solo amazônico, a primeira safra de juta oriunda do Brasil foi colhida. Fato ocorrido no estado do Amazonas fruto das tentativas do imigrante nipônico Ryota Oyama, após anos de infrutíferas empreitadas da adaptação da semente à várzea. Os intentos na acomodação da semente ao solo amazônico foram seguidos com a intenção de mimetizar a mesma às qualidades do terreno de várzea, com variadas intervenções genéticas na composição da semente até se chegar à combinação apropriada para o crescimento da planta.

Após a primeira safra haver sido colhida, a difusão das sementes ocorreu de forma instantânea para suprir a demanda interna de sacarias, mas não somente isso, pois com a adequação às áreas cultiváveis, a cultura da juta espalhou-se nos campos de várzea ao longo do Rio Amazonas atraindo mão de obra para as lavouras da planta arregimentando diversas famílias de ribeirinhos no cultivo da planta, aumentando exponencialmente a produção, que começou também a ser exportada.

O sucesso do empreendimento japonês na Amazônia através da adaptação da planta de juta deu início a um período de prosperidade na economia da região, criando trabalho para diversas pessoas e incrementando a economia local que se demonstrava fraca após o fim da era gomífera no início dos anos mil e novecentos. Com o declínio da supremacia da borracha ocasionado pela concorrência asiática, a crise da seringa deixou uma grande quantidade de mão de obra ociosa na Região Norte¹.

A crescente produção da fibra associada à procura cada vez maior das sacarias conduziu a uma grande quantidade de juta no comércio, sendo necessária a instalação de usinas que pudessem suprir o beneficiamento da abundância de juta plantada e colhida ao longo do Rio Amazonas.

¹ Impulsionados pela atratividade do empreendimento dentro da floresta em busca de látex, um contingente de trabalhadores deslocou-se de diversas regiões do país para a Amazônia. Além do número de trabalhadores migrantes soma-se à quantidade de trabalhadores envolvidos na atividade gomífera vários moradores da região atraídos pelos mesmos anseios, corroborando a indústria do látex oriundo da seringueira.

A Fábrica Perseverança, implantada no ano de 1895 em Belém, foi a primeira usina dedicada inteiramente ao beneficiamento de juta na região (HOMMA, 2001), e absorveu grande parte da produção de juta iniciada em 1937, já a possuidora do total produzido era a Companhia Industrial Amazonense - CPI.

A produção da juta se espalhou rapidamente ao longo dos rios Solimões e Amazonas, tendo os governos destes dois estados sido os primeiros a se interessarem oficialmente pela plantação da juta, o Pará em 1938 no mês de agosto e o Amazonas no mesmo ano, porém no mês seguinte. A produção brasileira de juta, juntamente com a de malva, era dividida entre os dois estados que geraram a quantia de 6.672 toneladas produzidas no final do ano de 1940 (SOUZA, 2008).

Como Homma (1995, p. 511) aponta:

O sucesso da cultura da juta demonstrou que desde que haja mercado, preços favoráveis e tecnologia disponível, os pequenos produtores não são avessos a inovações. A expansão dessa lavoura permitiu a primeira articulação econômica entre o norte e o sul do Brasil e o início do processo de industrialização da Amazônia.

A CPI era uma indústria de capital japonês responsável pela difusão das plantações de juta que exerceu domínio na comercialização da fibra entre 1937 e 1942 (HOMMA, 1995), porém sua administração foi tomada e suas posses leiloadas no contexto da Segunda Guerra Mundial, sendo adquirida pelo Governo Brasileiro, após no ano de 1941 a Companhia conseguir o direito de classificá-la.

Com o fim das relações comerciais entre Brasil e Japão, a fibra de juta teve seu valor comercial acrescido, além de ter seu cultivo intensificado para atender o mercado interno e também o mercado externo, com importações para os países aliados.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial o crescimento da produção brasileira chegou a subir 54,29%, superando o consumo de fibras asiáticas, fato que marcou um contrapeso na balança entre as importações das fibras indianas, pois a quantidade produzida no Brasil já supria toda a sua demanda interna, resultado de um processo de aumento dos preços das fibras brasileiras após a tomada da Companhia Industrial Amazonense pelo governo brasileiro durante a Segunda Guerra. Após o fim do conflito mundial, as relações comerciais entre Brasil e Índia foram reestabelecidos e o segundo país tomou medidas que acabaram por prejudicar o setor produtivo brasileiro, por vender a fibra a preços abaixo do produto interno e concederem novas vantagens aos compradores.

Dentro do caso brasileiro, alguns empecilhos também contribuíram para o agravamento da situação comercial, provocando a falência de muitos agentes que formavam a cadeia de produção da juta, que foram: dificuldade de obtenção de crédito para sua expansão; inexistência de uma política protecionista e incentivadora do Governo Federal; falta de apoio dos governos estaduais para a cultura de juta e malva; carga tributária pesada; transporte precário e armazenagem ruim e cara. Nesse cenário era mais barato e fácil importar a fibra indiana do que incentivar a produção nacional. Uma solução encontrada pelo Governo para estabilizar a produção fora impedir a importação da juta entre nos anos de 1946 e 1947, o que provocou o crescimento de uma nova classe de empresários na Amazônia: os donos de usinas de classificação e enfardamento do produto. Os Estados do Amazonas e Pará durante este período tinham respectivamente 13 e 9 usinas, sendo que estas estavam sob as mãos de empresários de São Paulo e do Pará.

A partir dos anos 1950 o cultivo de juta estava altamente propagado no cenário nacional e se tornou uma das principais atividades exercidas na agricultura da Região Norte do país, que envolvia milhares de famílias em seu processo de produção, em certas vezes se tornando a única atividade exercida por certas famílias e em outras ocasiões indivíduos envolvidos em sua cadeia produtiva como agentes desta que se manifesta e se explicita a partir do sistema de comércio interno predominante na Amazônia alcunhado sistema de aviamento².

Com a grande produção da fibra na Amazônia, seu valor comercial fora altamente elevado, o que intensificou a produção e deu a oportunidade de várias pessoas conseguirem terras para o plantio de sementes da fibra.

A planta de juta esteve presente no cotidiano de um grande número de pessoas caracterizando uma, quando não a principal, de vários itens cultiváveis pelas populações ribeirinhas das áreas de várzea durante grande parte do século XX, originando trocas dos mais diversos tipos³ em que o desenvolvimento de algumas cidades dos dois

² Tal sistema interno de comércio, que será explanado mais detalhadamente e discutido nos capítulos seguintes, diz respeito ao adiantamento de mercadorias ou crédito informal de “patrões” sobre seus “fregueses”, em troca do montante da produção de algum item ou produto comercial praticada pelo segundo na economia regional.

³ Neste momento é contextualizado o conceito de troca em dois sentidos. O primeiro é relativo à venda da fibra extraída da juta envolvendo o pagamento em dinheiro pela mercadoria, e o segundo se refere à troca da fibra de juta por outras mercadorias com base no preço acordado entre as partes negociantes, sem a presença de dinheiro em moeda, genuínas permutas de mercadorias que se mostravam mais presentes entre os comerciantes ou donos de comércios e produtores de juta.

principais estados produtores de fibra deve-se excepcionalmente à comercialização da juta.

Na região de várzea do estado do Pará, destacava-se na produção de juta a área denominada como Baixo-Amazonas em que os municípios que estavam à frente da produção do item eram Santarém, Alenquer, Oriximiná e Óbidos. Cidades que até os dias atuais algumas questões envolvendo a jiticultura ainda são debatidas, mesmo após o declínio de sua economia em meados dos anos 1980 devido à entrada de recipientes fabricados com base de polipropileno e polietileno sob a forma de sacaria pesada, substituindo facilmente as sacarias de juta no mercado mundial.

Mesmo durante o período de grande produção do item, diversas questões envolvendo as etapas do processo produtivo da fibra de juta eram levantadas. Mesmo com o acentuado volume de transações envolvendo seu desenvolvimento até a comercialização da fibra, um ponto ainda se mostrava frágil no meio disto tudo, a baixa qualidade das sementes amazônicas (SOUZA, 2008).

Atrelado a isto, já constituía ponto de pauta das reuniões entre os grupos interessados na rede de comércio de juta a ameaça lenta que representava as fibras petroquímicas intensamente produzidas nos grandes países capitalistas, além do baixo incentivo técnico. Este conjunto de fatores representou preocupação às classes diretamente interessadas no mercado que obtinham a maior parte dos lucros gerados pelo comércio. Chegando ao fim do auge da comercialização e produção de juta, o número de usinas voltadas para a prensagem e classificação da fibra se mostrava eficiente, suprimindo sem problemas a produção vinda da várzea, com empresas distribuídas pelas principais cidades da cadeia produtiva da juta⁴. Referente às empresas que se encarregavam do processo de beneficiamento no início da produção da fibra na Amazônia, Souza (2008, p. 42) aponta que:

o quadro não era satisfatório, pois até aquele momento, a Amazônia tinha apenas seis indústrias: cinco no Amazonas e uma no Pará, situada em Belém (Companhia Amazônia de Anigem (CATA)), sendo esta uma fábrica de processamento parcial da matéria-prima.

Desde o momento em que a juta foi considerada apta para se desenvolver em solo amazônico grandes safras já eram especuladas para a comercialização e abastecer o mercado interno nacional, que contextualmente começava a se delinear dentro de planos

⁴ No estado do Amazonas as cidades de Manaus, Itaquatiara, Parintins e no Pará principalmente as cidades de Santarém, Óbidos e Oriximiná.

de industrialização a fim de incentivar o comércio de produtos manufaturados, dentre os quais o segmento têxtil acompanhava seu desenvolvimento. O rumo da economia nacional que se seguia neste momento encontrou na comercialização da fibra de juta uma oportunidade de produzir um mercado autossuficiente para a industrialização da mesma que era valorizada, apoiando-se no setor cafeeiro do Sudeste sem a necessidade de importar a fibra do sudeste asiático.

A implementação deste plano marca uma relação de integração entre a região Norte e as demais no que diz respeito ao comércio interno. Durante anos a economia de exportação de produtos brasileiros havia sendo sustentada pela empresa colonial portuguesa, sabendo que os produtos de maior exportação eram produzidos frequentemente na região Nordeste e Sudeste, ficando a região Norte com a exportação de itens coletados da floresta.

O abastecimento do mercado interno de juta apenas veio a acontecer após a Segunda Guerra Mundial, entretanto. Conforme as concessões econômicas nacionais ao fim da guerra, estas foram substancialmente consideráveis para o comércio de fibra de juta, que observou ter um crescimento exponencial nos últimos anos de guerra, suficiente o bastante para cessar a importação do produto oriundo da Ásia.

A produção obtida era beneficiada tanto na Amazônia como fora dela, assim o contínuo aumento destes números propiciou a entrada de mais dinheiro na economia da região, que apesar de possuir centros comerciais importantes para a época, ainda apresentava um interior semelhante aos tempos do império.

A exportação em massa de borracha produzida na Amazônia se tornou um fato que desencadeou uma série de eventos na região. Dentre alguns, o aumento da população urbana nas cidades de Belém e Manaus. As duas cidades tornaram-se os centros comerciais da economia gomífera por agregarem grande soma dos participantes da cadeia de produção do item, além de serem entrepostos comerciais desde o momento da produção até a exportação no oceano Atlântico.

A localização geográfica das duas capitais há tempos já era considerada privilegiada e assim aproveitada, como cidades portuárias fluviais, desde o período colonial. O modelo mercantilista de troca de mercadorias ao se projetar no que era o Brasil colonial dependia de grande quantidade de itens recolhidos da floresta para exportação, isto que dependia de lugares propícios para recolher as mercadorias. Manaus e Belém assim se tornam importantes no que dizia respeito à política e a

economia como entrepostos comerciais desde o interior da Amazônia até a desembocadura do Rio Amazonas.

Ao se tornarem centros vitais para a empresa colonial, a população das duas cidades crescia em números acompanhando a elevação da economia da região. Mesmo inserida nas relações comerciais com a Metrópole, a Amazônia, se comparada às demais regiões da então colônia, não apresentava papel tão relevante no comércio devido ser baseada em um modelo extrativo, diferente das monoculturas de cana de açúcar, latifúndios pecuários ou a extração de metais preciosos.

Seguindo, a população das capitais do Norte aumentou exponencialmente com o comércio da borracha nos séculos XIX e XX, concentrando-se nas duas cidades paralelamente ao crescimento de capital da empresa seringalista nos entrepostos comerciais mais importantes da região. Mesmo com o desenvolvimento urbano da época propiciado pela produção gomífera, as cidades localizadas no interior pouco sentiram os resultados de tal desenvolvimento, diferente de Belém e Manaus.

A mudança ocorrida no comércio amazônico e brasileiro após a queda do preço da borracha decorrente da concorrência inglesa levou a um hiato da economia e à falência de uma soma de indivíduos de modo a desestruturar a empresa seringalista quase levando-a à extinção. Enquanto isso no sudeste a produção de café se consolidava como a principal atividade econômica do estado brasileiro por sua exportação em grande escala para o mercado mundial, que após o emprego de mão de obra assalariada no modo de produção capitalista desenvolvia-se para uma economia voltada para bens industrializados.

Deste modo, com a capacidade de desenvolver uma produção no interior amazônico, a região se viu interligada com a classe empresarial do restante do país, assim como a políticas assistencialistas e ao sistema bancário de crédito, ao passo do estabelecimento da economia da juta baseada no chamado sistema de aviamento amazônico.

Definido de várias formas seja como relação ou sistema comercial, o sistema de aviamento se manteve presente durante grande parte da história econômica da amazônica, se destacando através da economia gomífera e também no comércio de outros itens comerciais existentes na Amazônia.

O aviamento era presente inclusive no comércio de juta, perpetuando, de certa forma, sua sobrevivência como sistema de trocas regional nas relações econômicas da região. Utilizando mão de obra livre da região de várzea, o comércio da juta contava

com diversas famílias para sua produção, sendo vendida após ser colhida aos armazéns ou comércios situados nas comunidades e cidades do interior que se encarregavam de transportar a fibra aos centros de produção, revendendo-a. Em cada uma destas etapas até o destino final do beneficiamento se via o sistema de aviamento nas relações comerciais.

Incrementando a renda dos produtores, a economia da juta marcou de certa forma o começo da expansão urbana da população de algumas cidades ao longo do interior amazônico através do comércio da fibra nestas cidades. A energia elétrica pode ser mencionada como um marco para a vida urbana na região (TRISTAN, 2016), em que a sua entrada se relaciona ao estabelecimento de indústrias para diversos segmentos, inclusive o da juta.

Além disso, o acesso a bens industrializados que tornavam o cotidiano mais fácil foi se tornando amplamente difundido nas relações comerciais da região. O aumento de renda e a possibilidade de acesso a produtos industrializados se definiu através da ligação entre o produtor do interior e o mercado nacional e internacional sustentado pelo sistema de aviamento, se manifestando sob uma série de formas a serem abordadas ao longo do trabalho.

Adiante, o crescimento do comércio de juta e sua ampla produção nos estados do Pará e Amazonas com vínculos no restante do país se viu em dificuldades conforme novas tecnologias foram sendo empregadas no ramo industrial, que não foram acompanhadas pela classe empresarial da região. Uma série de fatores é agregada ao declínio do comércio da juta, relativo à entrada de novos produtos no ramo de sacarias e à devida importância concedida a essa indústria seja pelo Estado ou pelas corporações. No entanto, é fato que a queda na produção e nas vendas da fibra foi sentida principalmente pelos produtores e pequenos comerciantes, uma vez que a pouca procura pela fibra levou à estagnação da produção em diversas cidades e comunidades, estando os outrora produtores de juta voltados para outros tipos de produção ou se deslocando para as cidades.

1.3 Instalação de indústrias

Acompanhando a expansão da juta ao longo das áreas de várzea, a instalação de indústrias para o beneficiamento do item se mostrou cada vez mais necessário, de forma a suprimir a demanda produzida no interior que era levada aos portos de cidades para

então serem beneficiadas muitas vezes em outros estados, dado que no período o deslocamento da juta era feito por meio de embarcações que levavam a fibra às cidades de Manaus e Belém que possuíam indústrias voltadas para o gênero, sem a predominância de outros meios para o transporte do produto.

A maioria das estradas que cortam a Amazônia atualmente não existia no período de culminância da produção da fibra, de forma que o tempo transcorrido no transporte era extenso no meio fluvial e a distância entre alguns centros de beneficiamento era maior ainda, como no Nordeste e Sudeste do país, processo que Homma (1995) caracteriza como sendo a primeira articulação econômica entre o Norte e o Sul do Brasil no contexto de industrialização da Amazônia.

O aumento da produção da juta principalmente entre os anos 1940 a 1960 foi resultado de várias mudanças no cenário nacional de produção, como demonstrado anteriormente, de forma que a produção aumenta em torno de 50 mil toneladas neste espaço de tempo como atestado por Cardoso e Müller (2008).

Primeiro no estado do Amazonas e depois no Pará, o interesse do grupo dominante da jicultura na região favoreceu a concretização de planos para a instalação de usinas voltadas para o beneficiamento da juta e da planta de malva, sua fibra irmã, dos principais estados produtores no país.

Desde a fundação, no ano de 1895, da fábrica Perseverança em Belém, a indústria da juta começou a se consolidar no contexto amazônico, demarcando o interesse pela instalação de centros fabris nos locais de produção da juta. As cidades de Belém, Castanhal e Santarém, no Pará, e as cidades de Parintins e Manaus, no Amazonas, tornaram-se cidades que abrigavam a produção de juta oriunda dos locais de produção ao longo das várzeas do Rio Amazonas, e abrigaram 12 fábricas até o início dos anos 2000.

A instalação de indústrias voltadas para a aniagem demarcou o início de um processo de urbanização acentuado nas cidades anteriormente citadas, não obstante na cidade de Santarém, que abrigava a produção de juta das cidades vizinhas e após certo tempo também da fibra da planta de malva. Foi instalada na década de 1950 a Companhia de Fiação de Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUTA), porém a fábrica só viria a funcionar realmente no ano de 1959 (TRISTAN, 2016). Juntamente com a Tecejuta, mais quatro fábricas compunham o conjunto de fábricas de aniagem no estado do Pará, foram elas a Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem (CATA);

Companhia Têxtil de Castanhal (CTC); Fábrica Perseverança S.A e a fábrica Pedro Carneiro S.A. – Indústria e Comércio.

Concentrando a produção da maior parte da quantidade de juta beneficiada em solo brasileiro, a região amazônica começou a concentrar também parte da renda obtida com o comércio da fibra que era plantada na mesma. A instalação também de capital nos grandes centros se iniciou no contexto do Plano de Valorização da Amazônia durante o segundo mandato de Getúlio Vargas, que simpatizava com os planos de expansão agrícola na Amazônia.

Desta forma, a presença de indústrias nos polos de produção promoveu o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores destas indústrias, o que posteriormente somou-se a aumento da quantidade de juta plantada e beneficiada na região, impulsionando o crescimento econômico que afetou as cidades que abrigavam as fábricas assim como as que se encarregavam do plantio da fibra. Ao decorrer dos anos de 1960 e 1970 a economia baseada a venda de juta representou a atividade agrícola mais importante na região amazônica, entre o colapso da economia gomífera e a inauguração da Zona Franca de Manaus, envolvendo grande quantidade de mão de obra local das áreas de várzea.

O emprego de tecnologias mais sofisticadas na fabricação de condicionantes de alimentos ora concentrado no ramo têxtil de aniagem passou a exercer papel determinante no futuro da indústria de embalagens. Devido o estabelecimento de fibra sintética plástica para o transporte de alimentos, as fibras têxteis logo perderam espaço para as fibras sintéticas, mais baratas e mais resistentes. Como aponta Homma (1995, p. 515):

Em âmbito internacional, as transformações tecnológicas que se verificaram, sobretudo na década de 60, com a vulgarização das sacarias de plásticos, passaram a ter um grande concorrente. A indústria de sintéticos apresentava uma garantia de estabilidade de oferta, sacos mais leves e resistentes e mais baratos, com possibilidades de economia de escala.

O sucesso do empenho da substituição das embalagens têxteis para as sintéticas levou à pouca procura dos produtos que saíam das fábricas de aniagem, confirmando a previsão de colapso de grande parte das indústrias de aniagem e tecelagem do país. Na Amazônia a situação levou ao fechamento de certas indústrias que não mais retornariam a exercer suas atividades produtivas. A Tecejuta abrigada em Santarém encerrou suas

atividades em 1990, depois de passar por um fechamento no de 1969 devido a uma crise mundial na economia de juta, porém retornou a beneficiar fibra em 1970.

Homma (1995) atrela o “esvaziamento institucional” que deu cabo à políticas que levaram ao abandono do cultivo de juta, levando ao seu declínio, como uma das causas do fim do cultivo de juta no país. As reformas institucionais que se deram do longo da história do país estabelecem ligação com as reformas que tais instituições propuseram sobre as questões agrícolas que diziam respeito também à produção de juta na Amazônia.

Após a autossuficiência brasileira de produção de juta em 1952, decorrente de políticas econômicas pós – II Guerra, o mercado de juta no Brasil passou a ser um dos líderes no ramo de exportação de fibras, até meados da década de 1970, que foi o período de apogeu de sua economia. As diversas mudanças nos institutos de pesquisa e nos ministérios do governo tinham reflexo no contexto da jiticultura, que entre outras levou à estagnação de sua produção. Segundo Soares e Libonati (1996, p. 1):

quem se detém ante os problemas atuais de produção de juta na Amazônia é levado a concluir pela necessidade imperiosa de equacioná-los, sem o qual, no referente à Amazônia, ver-se-á contingência de estacionar, ou quiçá mesmo regredir.

Contudo, a produção de sementes de juta se manteve como atividade agrícola, principalmente na cidade de Alenquer, nas áreas de terra-firme, distribuindo sementes para o estado do Amazonas também. A falta de incentivos tanto à produção de fibras como a de sementes de juta é tido como o principal fator que levou ao seu declínio.

A crise que ocorreu na indústria da juta foi ocasionada por diversos eventos sendo possível destacar o final da Guerra do Vietnã ao cessar a compra de sacarias para a proteção de trincheiras americanas; a falta de incentivos fiscais internos e o êxodo rural consequente da criação da Zona Franca de Manaus; Hidrelétrica de Tucuruí; o Programa Grande Carajás e também a descoberta de minérios (garimpos e reservas) na região que levou ao esvaziamento do campo e da mão de obra disponível para o trabalho na lavoura (HOMMA, 1995. p. 515).

Mesmo após a entrada de fibras sintéticas que suprimiu a demanda de sacarias de tecido, a produção de juta ainda era realizada em algumas localidades do Amazonas e do Pará, porém com demanda reduzida se comparada há décadas atrás. Certos segmentos da indústria supriam a oferta de juta que era produzida na Amazônia, como a

automobilística, e ao mesmo tempo também se importava juta indiana e de Bangladesh, o que compunha o mercado de fibras no Brasil ao longo da década de 1990 e 2000.

A atividade de produção e comercialização da fibra que era praticada na região obedecia a um ciclo de abastecimento do mercado têxtil conforme exposto a seguir:

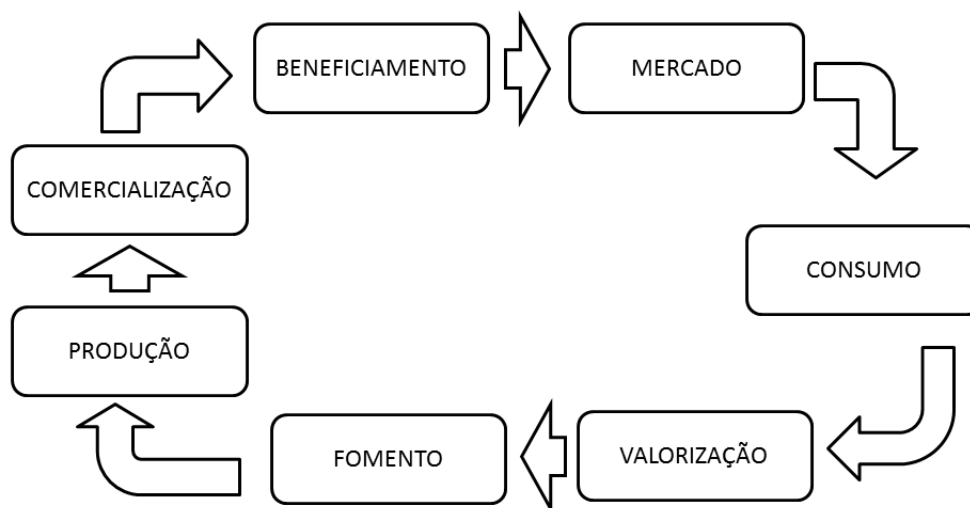


Figura 1: Atividades que compunham a produção de juta.

1.4 Polipropileno

No ano de 1963 o Prêmio Nobel de química foi concedido ao químico alemão Karl Ziegler juntamente ao químico italiano Giulio Natta por ambos descobrirem e produzirem industrialmente um material termoplástico sintético denominado polipropileno nas dependências da Universidade Politécnica de Milão. Os avanços da química moderna após a descoberta do petróleo, que marcou a chamada II revolução Industrial, agraciaram a humanidade com itens que hoje são entendidos como indispensáveis para o convívio em sociedade, atrelando a ciência e seu uso prático expresso nesta ocasião na oferta de mercadorias baratas e de fácil acesso à população, sendo mais baratas principalmente por não dispenderem de grande quantidade de trabalho manual.

A vultosa difusão dos produtos derivados de polímeros deu cabo do comércio de um dos itens que se destacou como uma das principais culturas da região amazônica, como demonstra Souza (2008, p. 122):

com a total afirmação do polipropileno na fabricação de sacaria pesada, muitas indústrias brasileiras de aniagem foram se preparando, ora para deixarem o ramo, ora para introduzirem, em seu complexo industrial, um setor voltado para as fibras sintéticas.

A fibra sintética plástica ainda custou a ser introduzida no país, sendo que desde sua descoberta até o primeiro registro de sua importação nove anos se passaram, e conforme continuou passando, a partir do pontapé inicial dado em 1963 na primeira importação, as taxas de entrada de sacaria petroquímica no Brasil deram saltos constantes, abrindo espaço para a instalação de fábricas de polipropileno, sendo a Polibrasil a primeira do segmento, inaugurada em 1978.

Sobre a implementação de fábricas no Brasil que beneficiariam a indústria sintética petroquímica “o número de indústrias voltadas a trabalhar com as fibras sintéticas, [...] no setor de sacarias seria crescente, ocupando o espaço deixado pelas constantes retrações ocorridas na oferta das fibras vegetais”. (LEDO, 1978 apud SOUZA, 2008, p. 121).

Atualmente o mercado nacional de juta se baseia na produção realizada no estado do Amazonas, acompanhando o plantio de sua fibra irmã, a malva. Devido à estagnação da economia de sacarias, a juta que é produzida supre a demanda de outros segmentos da indústria têxtil, como a fabricação de bolsas ecológicas, por exemplo, dando outros usos a esta matéria-prima.

Muito se debate nos dias atuais sobre o cenário da jiticultura na economia nacional, pois a mesma ainda carece de mecanismos que valorizem a fibra e sua produção, principalmente no aspecto tecnológico a ser empregado no processo produtivo da fibra, que por fim compôs o conjunto de fatores que levaram ao quase desaparecimento da cultura de juta no Brasil.

2 PROCESSO PRODUTIVO DA FIBRA DE JUTA

Antes de explanar sobre o processo produtivo da fibra em sua plenitude, iniciando pela escolha das sementes até o destino final dos fardos de juta beneficiados tanto em empresas localizadas na Amazônia como em outras regiões do país, é importante que se apresente a discussão sobre os diferentes tipos de sementes de juta e também diferenciá-la da planta da malva, o que pode originar certa desordem na compreensão do universo do comércio de fibras naturais que abarca a produção destes dois artigos outrora tão valorizados no cenário têxtil nacional.

A partir das plantas da juta e da malva, podem ser produzidas fibras similares. Fibras que, como descritas há pouco, após passarem por um processo de beneficiamento após o cultivo e transformação das fibras em sacos seriam comercializadas para atender a demanda de embalagens transportáveis em nível nacional e posteriormente externo de grãos e cereais. As duas sementes que dão origem à fibra, contudo não podem ser confundidas.

A semente de juta é natural do oriente, originalmente da Índia e sua plantação é difundida e realizada em áreas alagadas por rios conhecidas como várzeas. Já a da malva (*Urena lobata*, L.) difundiu-se pelo continente europeu, africano e americano, nativa em solo amazônico e era tida popularmente como praga no nordeste do Estado do Pará (HOMMA, 1995; SOUZA et al, 2010).

As duas, como possuem estruturas de produção parecidas, sempre acompanharam uma a outra, concomitantemente sua valorização⁵ muito contribuiu para sua expansão em uma grande área da Amazônia. O estado do Amazonas se destacava frequentemente na produção de juta enquanto o Pará demonstrava grandes números quanto à produção de malva.

A semente de juta, tratada em especial no presente texto, possui, segundo Soares e Libonati (1996), quatro variedades cultivadas: a solimões; branca; roxa e por último a lisa, diferenciando-as umas das outras pela visibilidade de ramificações, coloração das hastes e pela rugosidade da superfície das sementes.

Não será exposto aqui a funcionalidade e o processo de produção da semente e da planta da malva mesmo ela tendo sido tão valorizada quando a juta no passado, a

⁵ Esta valorização é decorrente da fácil exploração das plantas aliada à adaptabilidade das mesmas à região iniciando no Pará e se alastrando até o Amazonas (SOUZA, et al, 2010).

análise se reterá à exposição da juta devido esta ter sido o item de referência na produção realizada nos locais da pesquisa na região do Baixo-Amazonas.

É importante ressaltar que o sucesso do cultivo em larga escala deste produto deve-se particularmente à disponibilidade e oferta de sementes que sustentava a produção de fibra ao ser repassada aos produtores pelos agentes de comercialização interessados na atividade de compra e venda de juta. Desta forma a produção de fibra era garantida principalmente pelo estabelecimento da indústria de sementes especializada na seleção dos grãos com melhores características que posteriormente gerariam safras de boa qualidade.

Postas as colocações sobre a produção de fibras e sementes é tempo de descrever as áreas onde ambas eram cultivadas. As áreas de várzea e de terra firme ao longo do rio Amazonas eram as mais propícias para o estabelecimento deste empreendimento.

O contraste entre as duas regiões cultiváveis – várzea e terra firme – pode ser analisada a partir de vários pontos. Levando em consideração os aspectos inerentes ao solo decorrentes de suas origens distintas é possível traçar uma trajetória basilar na vida das populações locais, que possuem relações afetivas com o ambiente em que vivem, sendo marcante em suas trajetórias pessoais, da forma física à familiar e pessoal.

O conhecimento sobre a área de várzea se sustenta principalmente em seus aspectos físicos milenarmente conhecidos sobre a utilização de suas áreas alagadas pelos rios que encharcam os leitos depositando sedimentos e nutrientes propícios para a atividade agrícola, resultado da alta fertilidade dos solos. Ainda sobre seus aspectos físicos Junk afirma que na várzea “o solo, por ser inundado pelas águas dos rios ricos em sólidos suspensos, contém uma alta percentagem de minerais argilosos férteis com alta capacidade de intercâmbio de íons” (JUNK apud SOUZA, et al, 2010 p. 5).

A alta fertilidade das áreas inundáveis é conhecida pela população humana há cerca de cinco mil anos no Egito Antigo e em regiões da Ásia. Os mesmos já se utilizavam das áreas que ficavam encharcadas pelas águas dos rios durante parte do ano para exercer o cultivo de certos grãos.

Da mesma forma como nestas regiões a natureza também foi generosa com a região amazônica ao estabelecer o ciclo de cheias e secas do rio Amazonas aonde a planta de juta foi plantada vultuosamente por grande parte do século passado. Este ciclo de cheias e secas das várzeas tornou propício o estabelecimento da planta e posteriormente da cultura de produção de fibras similarmente ao estabelecido na área sudeste da Ásia que mundialmente concentra a maior produção de fibras naturais.

A região de várzea amazônica já era utilizada pela população que habita seus entornos há tempos também, utilizando suas terras para a produção de base familiar, principalmente, além de associar com o ciclo das águas do rio a temporalidade para a plantação de certos itens. A planta de juta pelo tempo que leva até o seu corte tornou-se uma alternativa para a produção entre as populações ribeirinhas ao representar uma alternativa de subsistência através de sua comercialização em forma de fibra durante a época em que o rio se encontra cheio e impede a utilização da área para o cultivo de outros itens.

A dinâmica que o rio impõe ao ambiente e seus habitantes é definida de várias formas e por diversos pontos de vista, caracterizando a área especialmente pela inundação da área a beira do rio durante certa parte do ano. Segundo Pereira e Witkoski (2012) a área de várzea é “a representação de um mundo de realização para seu habitante, o espaço das relações sociais, o lugar da relação íntima com a natureza” e a partir deste ponto de vista a dimensão que a várzea possui representa então espaços de relações físicas com o ambiente e pessoas que estão ao seu redor. A partir desta premissa pode ser exposto o caráter que norteia as relações estabelecidas nessas áreas alagadas e também no presente trabalho. Ao arregimentar diversos indivíduos na prática de cultivo a juta se difundiu pela região do Baixo-Amazonas estabelecendo mudanças na vida dessas populações por alterar as relações que esses indivíduos tinham com pessoas nas áreas de várzea, nas cidades e além delas no aspecto econômico e social principalmente.

A área de terra firme do rio Amazonas era utilizada especialmente para a produção da indústria de sementes, longe das cheias da área de várzea cultivada nas “várzeas altas” por iniciativa das empresas de aniagem. O estabelecimento da produção de sementes nos municípios de Alenquer, Monte e Santarém e posteriormente exclusivamente em Alenquer (HOMMA, 1995) deve-se ao fato de “a produção de fibras nas áreas de várzea não permite contemplar o ciclo vegetativo, uma vez que o corte das hastes coincide com as enchentes e com solos férteis daquele município.” A disponibilidade de sementes, segundo Nascimento e Homma (1984, p. 139):

foi inicialmente o grande entrave para a expansão de jiticultura após a sua introdução pelos imigrantes japoneses na Amazônia na década de 30. Estas eram produzidas em solos de terra firme no Estado do Amazonas em pequena quantidade e com baixa produtividade pelos próprios produtores de juta-fibra, passando para a responsabilidade da Associação Comercial do Amazonas no

período de 1941 a 1947; IAN e seu sucessor IPEAN, no período de 1948 a 1966; e finalmente Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura, hoje, Delegacia Federal de Agricultura, a partir de 1967. Desse modo, a semente deixou de ser obtida pelos próprios produtores de fibra, deslocando para as terras férteis de Alenquer e Monte Alegre - PA, onde houve especialização para a produção de sementes em solos de terra firme permanecendo até hoje.

Ao apresentar as características sobre as áreas de produção a intenção foi evidenciar a influência do meio físico tanto na produção do item propriamente dito quanto nas relações que os habitantes da região tinham com os demais indivíduos em âmbito local e regional. Portanto após estas verificações veremos o início do processo de produção da juta até o seu enfardamento e subsequente comercialização, passando pelo cultivo no solo ao afogamento na água e a secagem sob o sol através do ponto de vista técnico e bibliográfico além da exposição oral de antigos produtores e demais agentes envolvidos no comércio do item nas cidades de Alenquer, Monte Alegre e Santarém especificamente.

2.1 Da semente à sacaria

O tempo representa um importante fator no processo de cultivo. Já que para o plantio da juta as áreas escolhidas devem estar localizadas às margens dos rios que se encontram alagadas durante parte do ano pelo movimento de cheia do Rio Amazonas. Nos meses de julho a novembro o campo de várzea fica exposto, permitindo que a área seja utilizada para a semeadura. Com a cheia dos rios ocasionada pelo elevado nível de chuvas as sementes ficam cobertas pelas águas esperando para serem cortadas no momento máximo de chuvas próximo aos meses de março e abril, segundo Soares e Libonati (1966).

O preparo do campo começa com a limpeza do espaço, passando à derruba e então para a queima ou “encoivamento”, que fazem parte do processo de limpeza do local com o auxílio de instrumentos simples que são o terçado, foice, enxada e machado.

O cultivo da planta é feito após o preparo do terreno, em forma de “roçado” como empregado localmente por ser feito o mesmo processo que é feito para outros grãos alimentícios. É conhecido também que no cultivo é empregado uma máquina manual chamada de “tico-tico” para ajudar no trabalho de plantio.

O processo de colheita é iniciado com o corte da planta já alta em que o emprego do terçado e da foice ainda é presente, com variações entre 20 cm e 30 cm do solo conforme Soares e Libonati (1966) e Dias et al (2008). As etapas que compõem o processo de produção da fibra de juta podem ser postos em série e apresentados melhor levando-se em consideração a continuidade do processo como na ilustração a seguir:



Figura 2: Esquema produtivo da fibra de juta

O trabalho durante este momento é feito geralmente por pessoas de uma mesma família com o auxílio das ferramentas já citadas. A força de trabalho também é constituída de pessoas de fora do grupo familiar como vizinhos ou conhecidos em um regime de troca de trabalho e ajuda mútua já conhecida na região chamado de ajuri ou puxirum (SILVA, 2013), dado que em momentos a lavoura chega a abranger uma área muito grande.

Após o corte os feixes obtidos são amontoados e deixados de molho no rio, por volta de 12 a 15 dias. Esta etapa do processo conhecido como afogamento ajuda a tornar as hastes maleáveis o suficiente a ponto de as fibras serem retiradas das mesmas sem dificuldades.

A quantidade de pessoas envolvidas nesta etapa do trabalho chega a ser incalculável, visto que o grupo sempre é lembrado por um contingente numeroso devido à quantidade produzida que chegava a milhares de toneladas. Sendo encarregados do início do processo produtivo, os juteiros tinham os primeiros contatos com a planta, ao ato de cortá-la e afogá-la na água para se extrair a fibra e beneficiar. Geralmente trabalhando em uma grande área que abrigava a produção, os juteiros faziam o trabalho em grupo, submersos até o pescoço em alguns casos no processo de afogamento da planta.

No estágio de desfibramento o trabalho dos produtores era bastante dificultoso. Como aponta Paiva (2008, p. 15):

A operação de desfibramento é de extrema simplicidade, ficam apenas sujeitas à prática e habilidade dos camponeses. No entanto para o próprio camponês é uma das operações mais difíceis, pois ficam praticamente 12 hrs por dia dentro d'água fazendo o desfibramento, sujeitos a picadas de cobras, arraias e ainda adquirem dores reumáticas.

A penosidade do trabalho durante o desfibramento da haste é retratada diversas vezes. Dado que os trabalhadores chegam a ficar submersos até a cintura, quando não mais acima, para realizar o trabalho, atestando a forma artesanal e manual sem nenhum auxílio que contribua para a diminuição do risco de acidentes entre os produtores. Silva (2013) manifesta que “a presença de arraias e sangue suga é comum neste processo produtivo, além do odor gerado pelas águas que apodrecem durante o período de afogamentos das fibras para o desfibramento”. (SILVA, 2013, p. 3). A autora aborda este momento da produção da seguinte forma:

No período de maior demanda os trabalhadores tendem a se dedicar a esta atividade de segunda a domingo, com pouco tempo de intervalo para o descanso. Neste processo produtivo estão inseridos filhos, mulheres, homens, idosos, todos da família participam direta ou indiretamente. As mulheres

trabalham nas águas assim como os homens, diariamente, tendo a rotina dos trabalhos domésticos divididos com filhas menores.

Terminado o desfibramento, as fibras seguem para um varal aonde secariam ao sol durante um período não muito longo para não prejudicar as mesmas, tomando sol pela parte da manhã principalmente. Após a secagem as fibras eram levadas a armazéns ou para as casas dos produtores na forma de fardos que continham vários quilos de fibra amontoada que seria transportada de barco até chegarem a seus destinos no processo de beneficiamento que ficava a cargo de diversas empresas situadas ao longo do Rio Amazonas de Manaus a Belém e em outras regiões do país.

2.2 Memórias de trabalho sobre a produção da fibra de juta

Acompanhar todo o labor empregado na confecção de sacarias de juta se torna mais atrativo e elucidativo a partir do registro de memórias pertencentes a pessoas que vivenciaram o período aqui apresentado. A planta de juta que era cultivada na região, principalmente, não era homogênea. As sementes espalhadas possuíam finalidades diferentes, sendo formidável esclarecer quais finalidades são estas.

Os grãos de juta plantados nas cidades de Alenquer, Santarém e Monte Alegre seriam colhidos na forma de fibra e na forma de sementes. Isto devido à divisão dos processos de produção e melhoramento da semente, em que a cidade de Alenquer tomou conta de tal trabalho atribuído pelo Ministério da Agricultura entre os anos de 1967 e 1976, tornando-se conhecida como a principal cidade produtora de sementes de juta da região Norte possuindo lugar especial também na narrativa aqui expressa. A produção de juta para a extração de sementes sendo característica fundamental para a economia da planta será apresentada no presente ensaio através dos relatos de antigos produtores da terra firme de Alenquer.

O trabalho nas duas frentes de expansão da juta acontecia de formas diferentes. Destacando-se a dificuldade que sempre ronda o trabalho até a obtenção da safra e sua respectiva venda.

No município de Alenquer, um dos locais conhecidos pelo cultivo da juta foi a região da Costa do Arapiri, local em que Dona Maria de Nazaré iniciou trabalhando na economia da juta com cerca de vinte anos. A mesma, referindo-se à juta como o “garimpo” da região, relata que:

A colônia de Alenquer tirava muita semente de juta que eu me lembre. Tinha de duas qualidades a juta. Tinha a roxa e tinha a branca. A melhor era a juta branca.

Acerca do processo produtivo a interlocutora aponta:

Ia jogando a semente naquela terra mole até a beirinha. Por exemplo, se a água tava aqui, semeava aqui na beirinha, conforme ia vazando ia semeando (...) crescia rápido (...) conforme, quando a terra é boa mesmo ela dá até dois metros e meio, linda, grossa.

Quando era no mês de agosto, setembro era época de fazer os roçados. Outubro já queimava o roçado...quando só tinha perto de ter um pé de juta bonita era quando era plantada em novembro (...) no mês de novembro dava uma juta bonita. Chovia pouco. Aí quando já plantava em dezembro já não era boa... chovia muito (...)

Quando plantava ela em novembro, dezembro, janeiro, aí fevereiro, março a água vinha. Aí enchia e as pessoas começavam o corte. Cortava e depois afogava a juta. Passava ali até doze dias, quinze e ela já estava mole, soltando a casca. Aí a gente ia lavar. Lavava a juta, levava aquele monte de pessoa para o roçado lavar juta.

Após o processo de lavagem:

(...) quando era de tarde já vinha pra casa e trazia toda a juta limpa. Chegava em casa a gente carregava e tinha tipo uns varais que a gente limpava e estendia toda a juta. [após isso] (...) deixava secando. Estendia hoje de tarde, passava a noite passava amanhã o dia, depois de amanhã se não chovesse a noite depois de amanhã já podia tirar.

Então:

(...) ia beneficiar, fazer aqueles... amarrava primeiro, quando tava no varal a gente amarrava, fazia aqueles feixinho assim, aí amarrava, fazia todinha aquelas cabeças, recolhia... [...] Levava pra enfardar. Fazia os fardos depois então vendia.

A mesma ainda comenta sobre o local de trabalho, aonde a estocagem acontecia da seguinte maneira:

Agasalhava em casa e quando tinha uma boa quantidade as pessoas que plantavam lá compravam, tinham outras pessoas que compravam e conforme já tinha assim umas duas ou três toneladas elas vinham trazer pra cá pra vender (...) Vendia ali no comércio. Os comerciantes compravam [...] eles compravam aí já vendia pra TECEJUTA. Não vendia propriamente pra TECEJUTA, vendia no comércio. Aí tinha os comerciantes que compravam a juta.

Ainda, é relatado o modo como o trabalho era dividido sexualmente entre os produtores:

Da capina da juta, que lá era pra lavar também, as mulheres trabalhavam pra lavar (...) quando era pra cortar era quase só os homens que cortavam. Do corte e do plantio eram os homens. Agora quando chegava já pra limpar, assim, pra capinar, era as mulheres, a maioria eram as mulheres que capinavam [...] mulher lavava.

Seu Osmar Alves Cabral e Isaac Marreiro, trabalhadores da terra firme na produção de sementes de juta em Alenquer contam que havia muita burocracia no processo de produção das sementes, e demandava também um longo período de trabalho das pessoas, em um processo diário de reparo da plantação, com a colheita da planta durante o dia e a “batida” da mesma para colher as sementes durante a madrugada. A planta precisa de um clima úmido e frio para abrir a sua flor que fica localizada no topo, esta flor fecha durante o dia quando o clima está seco e quente e só se abre durante a madrugada, período em que os produtores aproveitam para bater na flor da planta com um tipo de marreta e de lá tirar as sementes da planta. Assim é possível afirmar através dos relatos que a produção de fibra só existia por que havia a produção de sementes, a fibra na várzea e a semente na terra firme.

Os mesmos apontam:

Isaac: A juta só trabalha nas horas impróprias, hora do meio-dia hora que tu tem que tá cortando aquela peste.
 Seu Osmar: Isso que ia falar pra ele.
 Isaac: É hora melhor pra corta juta por que ela não abre, ela tá toda fechada.
 P: Corta pra de noite de madrugada bater ela.
 Seu Osmar: É!
 Isaac: É assim que é a juta, só que fizeram ele fora da rota.
 P: Ai que coisa boa, coisa de Deus não?
 Isaac: Eu acho que não rapaz, por que não dá descanso não oh!
 P: Mas e o dinheiro?
 Isaac: O dinheiro vem bem.
 P: É né.
 Seu Osmar: Hein, aí tá tu bate juta até 5 horas da manhã e tá aberta, aí tu vai dormi por que tu não dorme, de dia o cara não dorme;
 Isaac: O cara da juta não tem direito de dormir;
 Seu Osmar: Não, hein...
 Isaac: Se quiser fazer uma safra, e quiser aproveitar direitinho
 Seu Osmar: Cinco meses;
 Isaac: Tem que trabalhar direto, direto.
 Seu Os: Quando dá dez horas, nove e meia, ela já fechou.
 Isaac: Ela já fechou.
 Seu Osmar: Aí tu pega três e meia, quatro da tarde...
 Isaac: É cortando, e amontoando, por que nessa hora ela não derrama.

Seu Osmar.: Aí tu vai pra casa
P: Esse cresce semente não?
Isaac: Não, não cresce não, ela fecha a caixotinha dela ali e deixa fechadinha.
Seu Osmar: Aí tu vai pra casa toma um banho...
Isaac: Na hora quente...
Seu Osmar: Dez horas...
P: Dez horas da noite lá vai martelar lá;
Isaac: É por exemplo assim tu parou quase três horas a juta né,
Seu Osmar.: Tu parou quase três horas a juta...
Isaac: Aí naquela hora tu faz o limbo e estende a lona, aí tu vai carregar as outras.
P: Toda a juta que cortou das dez até três horas e via carregar elas?
Isaac: Não aquela que cortou ela ainda não ta sequinha...
P: Tem que deixar secando
Isaac: Tem que deixa ela três dia pegar sol, pra deixar bem seco. Aí quando tu parar de cortar três horas tu vai parar de fazer o limpo, tu vai estender a lona e aquela que já tá com três dias cortada
Seu Osmar: Com três dias cortada, aí tu junta elas lá e vai pra tua casa, e nessa hora tu vai ter um descanso, tomar um banho e descansar né.
P: Até onzes horas da noite?
Isaac: Até umas dez horas da noite, quando tu ver que ela enfiou e já tá derramando bem, tu sobre pra cima com o cacete, bate, bate, bate...
Seu Osmar: Hein, isso que ele tá falando quando ta junta e quando não ta toda junta e tu tem que carregar de madrugada, sabe lá cobra como o diabo, que tu pega aquele seixão que sai sangue.

Continuando em Alenquer, as comunidades produtores de juta podem ser elencadas de acordo com Dona Ione Gantus, esposa de aviador de juta que financiava diversas plantações:

Rio da Ilha tem Conceição, tem Salvação, tem ilha do Carmo enfim, todas essas comunidades era o Claudir que abastecia. Financiava com dinheiro, financiava com mercadoria, no comércio e quando vinham pra trazer a juta, a fibra, aí descontava.

Inclusive a mesma conta sobre o período de crise no final da década de 80 em que a economia da juta já se encaminhava para a supressão pelo mercado externo a partir das fibras termoplásticas, remetendo ao abandono de incentivos por parte dos bancos:

Naquele tempo era tão bom, o incentivo era tão bom que todo mundo deixava tudo pra plantar juta. Mas depois o banco deixou de financiar, veio lá desde o Paquistão, sei lá... só ouvia falar.

Conforme o relato dos informantes, a produção advinda de Alenquer e de Monte Alegre tinha diversos destinos. Dona Ione comenta que a produção que pertencia a seu esposo geralmente era enviada para empresários de Belém e Recife, além de Castanhal. Em Recife a Cia Fábrica Yolanda recebia produção de juta de seu Claudir, através da

filial que era estabelecida em Santarém, mantendo relações com a Amazônia (centro produtor) para beneficiar o produto no Nordeste nas áreas de tecelagem. A Companhia Têxtil de Castanhal (CTC – Castanhal) também se beneficiava do montante cultivado em Alenquer, conhecida no estado pelo papel que desempenhou na tecelagem e aniagem de fibras têxteis. A rede de relações estabelecidas através do comércio da fibra de juta se estendia por diversas regiões do país, tornando possível elucidar a complexidade e amplitude da cadeia produtiva da juta no Baixo-Amazonas:

É de Belém, do Recife. Tem de Manacapuru, mas eu não to muito assim lembrada de Manacapuru, mais de Santarém, porque eles vinham sempre aqui sabe?

Não apenas na cidade de Alenquer e Santarém se obtinha juta para beneficiamento, mas também em Monte Alegre. A juta de várzea se destacou neste município e suas comunidades. Um comerciante em especial ainda se encontra na cidade e reside na cidade, este é o senhor Guido Arruda, que atualmente é possuidor de uma rede de supermercados na cidade, mas antigamente se dedicava à exploração e comercialização da fibra que vinha a ser beneficiada em Santarém, pela Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUTA). Guido, após um bom período trabalhando como comerciante tornou-se patrão⁶. As terras que possuía, o mesmo trata delas como:

Uma área mesmo que eu cultivava, o banco me financiava pra isso, e nessa época quando se perdia um produto, vamos dizer plantava e não dava mais nada, a lavoura não prestava, qualquer coisa, aquele financiamento você não pagava pro banco. Era o ProAgro... Se não desse a produção então não pagava, o fiscal ia lá verificar “é de fato ele não produziu, não deu”.

Com o declínio das vendas das sacarias:

Em 78 eu me mudei pra cá pra Monte Alegre, acabou o negocio de juta, acabou a malva que era fibra né.

A Cia Amazônia Têxtil de Aniagem (CATA) é citada por Guido Arruda no momento que trata do destino da juta que o mesmo plantava e recolhia de outros produtores através das trocas, visto que o mesmo também era comerciante e se

⁶ Patrão ou patrão-aviador, nesse sistema, é o personagem que adianta crédito aos trabalhadores em troca da matéria-prima produto do seu trabalho.

beneficiava do auge da produção ao passo que financiava produtores situados em diversas comunidades ao longo do Amazonas. Segundo o mesmo:

O barco levava pra Santarém, às vezes de Belém tinha uns regatões que levavam, eu tinha patrões em Abaetetuba, Igarapé-Mirim, Cametá, aí levava pra CATA em Belém né.

Em Monte Alegre reside também Joilson Santos, que morou durante sua infância próximo a plantações de juta nos lagos de várzea da cidade e atualmente é professor na mesma cidade. Apesar de ter passado muito tempo desde que o comércio de juta colapsou na região ele ainda se lembra de detalhes acerca do processo de produção da fibra nas terras de seu pai. Segundo Joilson:

Esse cultivo lá pra eles cara era assim, por tempo, por que é área de várzea, nesse período agora tava tudo no fundo, então eles faziam esse plantio praticamente que um certo período antes da subida d'água, é por que a colheita da juta ela acontece quando o lago já estava chegando nós pés das arvores. Eles iam cortando formando feixes, e aqueles feixes eram colocados um ao lado outro pra que ela entrassem em decomposição, a parte verde entrassem em decomposição, que o período de dois, três, quatro dias que ela ficava de molho, e depois eles iam tirando as fibras, pra colocar pra secar e fazer aqueles fardos grandes, e vendiam. Aí geralmente na época existia a TECEJUTA em Santarém, que era pra onde eles mais vendiam.

O período em que o trabalho era realizado também é descrito por ele:

Entrava oito horas da manhã no serviço e saia meio-dia ou então meu pai chamava de “arrendondo”, largava as duas, duas e meia da tarde. Só que pessoa já não ia mais, aí a parte da tarde, ele já aproveitava pra colocar a juta e as que estavam seca eles iam colher e fazer fardos.

As condições nem sempre eram favoráveis para o arregimento de trabalhadores, por ser uma lavoura em área extensa e de grandes proporções geralmente o cultivo tinha que ser feito por várias pessoas. Dilema comum entre os plantadores de juta da área segundo ele:

É só pessoa mesmo que não tinha condições de fazer uma derruba, de pagar trabalhador, é que não tinha mesmo, eu trabalhava pra outras pessoas que plantavam.

A rede de comércio constituída pela cadeia produtiva da juta, como visto, além de integrar cidades da região amazônica também era composta por agentes situados em outras regiões do Brasil, complementando o processo de manufatura da fibra.

Atualmente o cultivo de juta e malva ainda é realizado em diversas localidades da região amazônica como Rio Negro, Japurá, Alto Solimões, Juruá, Tefé, Coari, Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Parintins, Boca do Acre, Purus, Madeira, Manacapuru, Coari (IBGE, 2014), apenas no estado do Amazonas. No estado do Pará a produção é realizada em Alenquer (também produtor de sementes), Santarém, Óbidos e Oriximiná. O processo produtivo da juta desde sua aclimatação no Brasil se apresentou de forma rudimentar e artesanal sem uso de equipamentos que pudessem ajudar a aperfeiçoar e incrementar o trabalho nas terras. Isso se explica devido à falta de incentivo dos governos estadual e federal que explicavam que os custos para tal política seriam bastante elevados, mas mesmo assim a produção originária do Brasil chegou a competir em igualdade com a fibra plantada na Índia, que sempre deteve o título de maior produtora da fibra.

3 ECONOMIA DA JUTA DA AMAZÔNIA

3.1 O sistema econômico local no contexto da juta

A rede que abrangia as cidades onde era realizada a produção de juta era interligada e dependente das pessoas que se relacionavam umas com as outras através da compra e da venda da fibra e da semente de juta na região. De Manaus a Belém diversos eram os patrões, produtores e atravessadores que compunham este mapa e integravam a estrutura de produção da fibra. Tomando como ponto de análise as entrevistas recolhidas em campo através dos relatos orais de antigos produtores, patrões e pessoas que estiveram ligadas de alguma forma com o cultivo da planta, é notável que a produção de juta na região continha aspectos do sistema de aviamento amazônico, presente também em outras economias derivadas de outros produtos regionais.

As relações de trabalho no interior deste sistema se caracterizam pela influência do comerciante sobre o produtor rural, na qual o monopólio comercial e a ausência de moedas são fatores que garantem ao comerciante poder arbitrário sobre a equivalência das trocas neste sistema. Além disto, produtos florestais e animais eram extraídos por produtores locais rurais independentes que mantinham acordos verbalizados e baseados em confiança com comerciantes variados através de relações comerciais fundadas em dívidas de longo prazo.

A “dívida” que é estabelecida entre patrão e produtor não pode ser compreendida em sua totalidade no interior amazônico da forma como cunhada pelos grandes sistemas de comércio para designar algum tipo de inadimplência. A palavra dívida dentro deste sistema comercial local possui certo juízo de valor associado à moral e fiel aos costumes dos pequenos produtores. O conceito de dívida desta forma excede o campo econômico da troca de bens e perpassa pela moral do produtor de itens que regularmente abasteciam o mercado. Este conceito deve ser compreendido através da lógica do produtor rural sobre trabalho e comprometimento pela palavra em um acordo. Tal fato é refletido nas relações econômicas que se estabelecem nos determinados contextos onde o sistema de aviamento delineou as relações comerciais.

Para além de uma análise local do comércio de produtos florestais e agrícolas, é indispensável tratar dos meios pelos quais a consolidação de uma economia global planificada alterou as relações de trabalho nas regiões marcadas pela extração de itens locais sustentados pelo sistema de aviamento. À medida que o sistema de crédito era

introduzido nas economias locais, as relações de trabalho extrapolam a dimensão material de um acordo comercial e transcendem para uma dimensão mais abstrata, comungando com o acordo por palavra (verbalizado) ao invés de contratos formalizados.

A ausência de dinheiro nas relações comerciais é consequência da transação comercial subsidiada pelo sistema de crédito informal. Fato que se percebe nas trocas comerciais do interior amazônico, em que este sistema de crédito e adiantamento foi uma das bases do sistema de aviamiento em suas diversas formas na Amazônia. Provavelmente sem o adiantamento de crédito e adiantamento de mercadorias o aviamiento não existiria. Em um local em que o trabalho empregado pelos habitantes da região detinha um conhecimento sobre a natureza imanente a sua vida e desenvolvimento, sendo manifesta em uma relação de proximidade com a natureza e produção para autoconsumo, a procura por itens agrícolas e extrativistas em grandes quantidades para o comércio impõe uma nova dinâmica às relações sociais estabelecidas.

O aviamiento como um sistema de relações comerciais simplesmente arraigadas por interesses materiais convivente em uma situação de superexploração do trabalhador rural e da natureza pelo patrão pode ser eleito como a definição do sistema de aviamiento de crédito e mercadorias mais presente e difundida pela literatura da área. Arelado ao mercado capitalista, o aviamiento se configura como um modelo econômico adaptado para o contexto amazônico, em que segundo Sampaio (2002, p. 2) tal modelo representa um marco de mudança da estruturação da exploração na Amazônia por dois aspectos fundamentais: a integração desta estrutura de exploração ao sistema financeiro capitalista e os desdobramentos que esta integração gerou alterando as relações de trabalho.

Sobre o adiantamento de crédito e o endividamento, McGrath (1999) assinala que os mesmos servem como “um laço através do qual o credor e o endividado asseguram um ao outro o acesso a mercadorias e a produtos florestais”. Assim sendo, é demonstrada a distância de mundos entre os produtores e seus patrões, atuando em situações e momentos diferentes na cadeia produtiva. A expansão da globalização impactou os modos como eram configurados os diversos sistemas econômicos da região, ditando as maneiras de como se devia produzir e o destino de cada produto.

Como Aramburu (1994, p. 2) comenta, o sistema de aviamiento “une o mundo do caboclo, por mais isolado que esteja, à sociedade regional e nacional, e em última

instância ao mercado mundial.”. Crédito e dívida são palavras fundamentais para conhecer e adentrar no sistema de avião. O pequeno produtor que vive no interior não tem contato com as redes de comércio que se estabelecem nas grandes cidades, mantém contato somente com o aviador ou patrão que o avia e recebe seus produtos, estando assim na posição mais baixa da cadeia produtiva. As relações que se estabelecem nas pequenas comunidades e cidades produtoras de matéria-prima extrapolam os limites das mesmas e entram em contato com o grande comércio das usinas de beneficiamento, com multinacionais dispostas a investirem na extração dos recursos naturais e ao mercado mundial.

Esse sistema mercantil que obedece às lógicas capitalistas de produção se detém apenas ao controle indireto sobre o produtor, sendo que o extrativista somente fornece sua mercadoria para venda em determinado período da produção, dependendo do produto a ser extraído este tempo varia conforme a natureza, entregando-o ao aviador ou patrão em tempos específicos.

Neste momento a menção a figura dos marreteiros ou atravessadores é relevante para a compreensão dos agentes envolvidos na cadeia referida ao longo do trabalho. O marreteiro é caracterizado como um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais comercializando mercadorias para pequenos produtores e caboclos do interior em troca de produtos regionais agrícolas ou extrativistas segundo McGrath (1999). Também chamado de regatão, este agente tem muito de sua atividade vinculada à representação de perigo às relações de patronagem, podendo oferecer risco ao paternalismo e subordinação característicos desta relação. Muitos antagonismos refletem a imagem do regatão no interior amazônico, mas sua existência e atividade nas redes de comércio do interior foram importantes na consolidação do sistema de avião, sustentando-o ao lado do patrão e do produtor.

Segundo Aramburu (1994), no início dos anos de 1970, a queda do valor de troca de produtos primários de exportação no mercado externo e o aumento das taxas de juro subsequente à crise do petróleo levaram a crescentes restrições do crédito financeiro aos exportadores por parte dos bancos e, portanto, aos aviadores tradicionais. Foi reduzido assim o poder centralizador e duradouro dos agentes envolvidos nas relações de produção.

O sistema de relações de trabalho baseadas na superexploração do homem e da natureza sustentado pela patronagem e hierarquização dos processos produtivos incidu em novas formas de relacionamento entre os habitantes das comunidades e das cidades.

O trabalho regimentado pelo sistema de adiantamento de mercadorias é de certa maneira parte constitutiva da vida dos indivíduos situados nestas redes de relações. Essas conexões não podem ser tomadas sem levar em consideração o contexto ao qual estão inseridas, e como dito anteriormente, as categorias de análise empregadas devem ser compreendidas além do argumento economicista, mas que leve à compreensão dos domínios sociais em que o trabalho possui outra(s) significação(ões) da forma como é praticado pelos agentes situados na base do sistema de produção.

Segundo a imagem a seguir pode-se ter uma dimensão dos agentes que compunham o sistema de comércio da juta no passado:

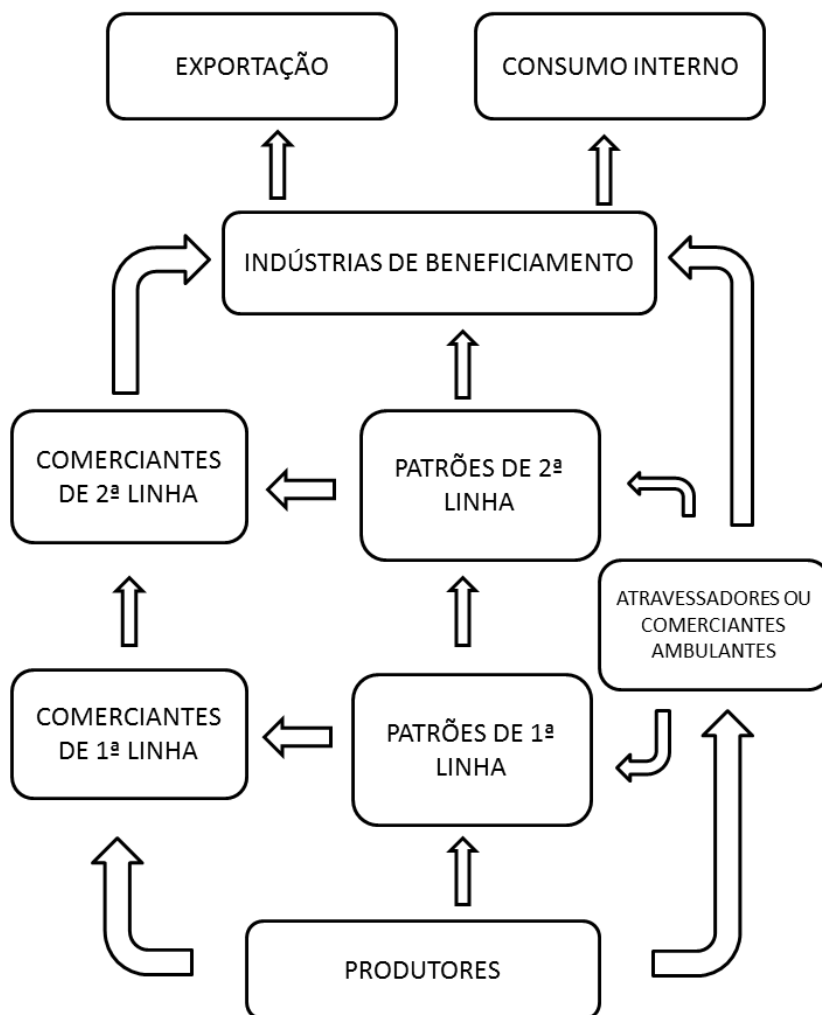


Figura 3: Cadeia produtiva e comercial da fibra de juta.

3.2 Agentes e atividades no comércio de juta

A rede de coleta de itens da floresta amazônica para comércio não data de hoje, mas se apresenta com uma nova roupagem obedecendo às regras do modo de produção econômico vigente. Obliterando a moeda das trocas econômicas, o comércio se abasteceu de itens que eram trocados por produtos florestais agrícolas e extrativistas. As cidades eram espaços em que todos os agentes da cadeia produtiva se encontravam, pois a mesma abastecia o fornecimento de mercadorias para o interior, abrigava os centros compradores dos itens e colocavam em contato financiadores, bancos, governo e empresários que apesar de estarem em um espaço geograficamente pequeno e delimitado, desenhavam a dinâmica do comércio no interior.

O papel dos patrões era desempenhado além do que é relatado nos diversos trabalhos sobre exploração do trabalhador em que certa parte do que é retratado diz respeito à influência direta dos patrões a seus empregados juntamente a casos de subordinação e paternalismo extremo que imperavam na visão sobre a Amazônia, mas estes patrões também se relacionavam com seus empregados de outras formas as quais se distinguem deste ideal relativo aos seringais do boom da borracha e da *bellé époque* das capitais amazônicas.

A imagem do patrão representada pela literatura faz referência à figura do patrão como pessoa que não media atos para a maximização dos lucros dentro do barracão no período da borracha. O paternalismo presente em tais relações contrasta com o atestado em certas regiões do interior amazônico onde a presença desse agente é reconhecida de forma diversa, apresentando ser generoso com seus trabalhadores e mostrando apoio aos mesmos em períodos de dificuldade.

Relações de amizade, compadrio, assistência e reciprocidade eram características da patronagem na Amazônia, apresentando uma versão mais “humanizada” dos patrões, que não diminuía sua influência sobre os empregados, mas complementava o que se sabia sobre o patrão. Um patrão bondoso, generoso, atencioso e prestativo também era patrão, e por vezes alternava por entre essa bifacialidade que é tida como dois lados completamente opostos.

Aramburu (1994, p. 10) comenta que para os trabalhadores a ajuda em caso de doença constituiu a razão de ser da patronagem. A assistência compensa a assimetria da troca econômica e lhe confere uma de suas fontes mais poderosas de legitimação. Sem assistência não há patronagem propriamente dita.

Este fato é presente também no contexto pesquisado, em que a ajuda a doenças principalmente ou tempos de crise na produção são recorrentes e dão suporte ao sistema paternalista patronal nas relações de trabalho a modo que apertam os laços de fidelidade entre patrão e empregado. Do outro lado da moeda, a ausência deste auxílio se torna cabal na constituição de sua figura como patrão.

O patrão como pessoa em cargo da produção de itens florestais ou comerciante que orienta o cultivo destes itens é presente na economia sobre a juta no Baixo-Amazonas. Senhores de negócios ou negociantes comuns também são relatados no contexto estudado. As pessoas encarregadas de comercializar a produção do interior aos entrepostos comerciais geralmente acumulavam esta produção de vários ribeirinhos através da compra direta com dinheiro ou pelo adiantamento de itens para o pagamento posterior com os fardos de juta, tal qual estabelecido no adiantamento de produtos a crédito retratado no aviamento amazônico.

Um patrão ou dono de comércio nas comunidades do interior desempenha um papel comum nas relações econômicas de diversas regiões do país pelo fato de os indivíduos que incorporam este papel de norteador e estabelecedor de relações econômicas e sociais com outros agentes serem característicos da organização social brasileira desde o período colonial. Primeiro nas monoculturas de açúcar no nordeste os patrões ou senhores de engenho exerciam papel fundamental na empresa colonial com a Coroa através da exportação e importação de produtos e subsequente comercialização no território. Os senhores de engenho desta época por seus aspectos históricos exerciam o monopólio das terras sob a dominação patriarcal constituinte da sociedade agrária brasileira, dado que o mesmo também era senhor de escravos, chefe político local e comandava exércitos privados (Ibiapina; Bursztyn, 2013). Dado este contexto de controle social por meio da coerção econômica o senhor de engenho operava socialmente com laços de dependência a seus subordinados através da proteção física, assistência material e financeira. Segundo os autores acima o mecanismo de dívida que estes senhores mantinham funcionava como “mecanismo de cerceamento da liberdade de pequenos colonos ‘livres’” e estava ligada estreitamente “aos vínculos sociais existentes entre eles e os senhores de engenho.”

Com o deslocamento da primazia econômica do Nordeste para o centro-sul do Brasil, as plantações de café do período imperial necessitavam de grande quantidade de mão-de-obra para sua produção, o que levou aos donos de fazendas de café a implantarem um sistema de imigração de trabalhadores de diversos países do mundo

com apoio do governo em um regime denominado inicialmente de “parceria” (Ibiapina; Bursztyn, 2013), porém este modelo logo se transformaria em outro mecanismo de dominação dos patrões sobre seus empregados.

A dominação iniciava já no transporte dos trabalhadores pago pelos patrões além da instalação e alimentação dos mesmos em troca da produção futura, já se desenvolvendo o embrião da exploração escravista e semiservil que logo depois tomou forma na exploração e endividamento aberto sobre os trabalhadores. Mesmo após a abolição da escravatura não foram criados mecanismos para os trabalhadores “livres” se estabelecerem no mercado de trabalho sem se sujeitar ao paternalismo e controle social dos fazendeiros de café, visto que a única coisa que havia mudado era a categorização jurídica destes indivíduos que passaram de escravos a “livres vendedores de sua força de trabalho”.

No seringal amazônico a figura dos patrões retrata uma pessoa inescrupulosa movida pela maximização dos lucros e foi difundida amplamente e seus meios de dominação característicos do debate sobre dívida e dependência nos seringais amazônicos. A relação estabelecida entre os patrões seringalistas e os fregueses que exploravam a seringa era estabelecida sem nenhum compromisso formal apenas a dívida representa para o freguês a necessidade de saldá-la e o patrão possui o direito de reivindicá-la para utilizar “métodos de persuasão para manter o seringueiro a seu serviço.” (Ibiapina; Bursztyn, 2013 p. 102).

Ao longo do século relações paternalistas e hierárquicas eram explícitas nos domínios do trabalho na Amazônia, mas apesar de ser presente mesmo em dias atuais esta relação de coerção é vista de forma mais sutil em outros contextos aonde as relações de subordinação foram modificadas ou reestruturadas pelo inserção de novas modalidades de acesso à mercadorias e mesmo ao sistema de crédito bancário nas cidades. O sistema de aviação presente nas relações comerciais subsidiadas pelo comércio de juta evidenciam esta particularidade nas relações entre patrões e fregueses, divergente do histórico das relações de trabalho mesmo na Amazônia e ao longo do país. Esta situação particular pode ser compreendida se tendo em vista os papéis específicos de cada agente situado em sua organização produtiva, envolvendo produtores, patrões, bancos, comerciantes ambulantes, casas aviadoras e empresários de outros estados e países.

Contextualmente a figura do patrão na região da pesquisa remete a uma pessoa bem sucedida que ajudava seus empregados. É recordada certa “saudade” do patrão, o

que pode ser explicado pelo auxílio concedido pelo mesmo diante dificuldades e pelo modo como tratava seus empregados nos negócios. Winklerprins (2006 p. 830) demonstra este aspecto da seguinte forma:

this longing for the patron - client era perhaps indicated that the system of patronage that existed in the Lower Amazon region appears to have been less exploitative than in other parts of the Amazon at different times. Jute cultivators were aware that the prices the patron charged for household goods and supplies were typically higher than those in the city. Producers were also aware that the patron paid less for jute than could be gotten if they marketed jute themselves. Most accepted these terms of production since it was extremely convenient and to most a very safe and comfortable situation.⁷

A autora comenta que durante a época da economia da juta que ocorreu na região do Baixo-Amazonas foi consolidado o sistema de aviamento (Winklerprins, 2006 p. 829), mesmo a região tendo sido grande produtora de cacau por vários anos. A autora argumenta que:

Cacao as the dominant economic activity on the floodplain was, however eclipsed by jute cultivation that began in the late 1930s (...). Rubber was, of course, a critical extracted resource during the time before jute elsewhere in the Amazon Basin and the activity encouraged extensive local labor out-migration. This labor, once free from working in rubber, helped the Jute Boom expand in the late 1930s⁸.

O cultivo de juta no Baixo – Amazonas, durante seu período áureo, foi a fonte de sobrevivência e enriquecimento de muitas pessoas, lançando novas expectativas e realidades aos habitantes locais, aproximando estes de coisas comumente relatadas nas falas de entrevistados, como a casa própria, educação aos filhos, materiais de trabalho, imóveis e produção pecuária.

A dinâmica de vida das pessoas ligadas ao plantio do item de certa maneira foram reconfiguradas, sendo crucial não citar a jiticultura como marco na vida dos

⁷ “Esta saudade pelo tempo do ‘patrão-cliente’ talvez indicasse que o sistema de patronagem existente na região do Baixo-Amazonas parece ter sido menos exploratório que em outras partes da Amazônia em épocas diferentes. Os cultivadores de juta eram conscientes que os preços que o patrão cobrava pelos bens domésticos e suprimentos eram tipicamente maiores que os da cidade. Os produtores também sabiam que o patrão pagava menos pela juta do que poderiam obter se eles próprios a vendessem. Grande parte aceitou estes termos de produção uma vez que estes era extremamente convenientes e para muitos uma situação bem segura e confortável.” (WINKLERPRINS, 2006 p. 830).

⁸ “O cacau como atividade econômica predominante na várzea foi, contudo, eclipsada pelo cultivo de juta que começou no final da década de 1930. A borracha foi, claramente, um vital recurso extraído no período da juta e em outras partes da Bacia Amazônica, e a atividade incentivou a migração de extensa mão-de-obra local. Esta mão-de-obra, uma vez livre do trabalho com borracha, ajudou o Boom da Juta a se expandir no final da década de 1930.” (WINKLERPRINS, 2006 P. 823 Destaques no original).

mesmos. O mercado nacional e internacional financiamento estrangeiro, entrada de bens no interior e aproximação do produtor aos agentes do mercado são alguns dos pontos que volta e meia flutuam em meio à literatura sobre os sistemas de comércio na Amazônia e seu interior.

Além dos patrões e comerciantes de fibra também compunham o sistema produtivo do item agentes interessados no comércio deste. Por sua alta demanda e oferta cada vez maior na região bancos e instituições de financiamento e apoio técnico lançaram sobre a julticultura grande quantidade de capital para sua produção e auxílio especializado no melhoramento e disponibilidade de sementes para sua cultura. Ao se estabelecer como marco na integração industrial regional com outras regiões do país a planta ganhou reconhecimento e apoio de órgãos e outros agentes em sua manutenção e permanência de sua cultura especialmente nas áreas de várzea. Empresários da indústria de aniagem da região Norte e Nordeste também são citados nas falas dos entrevistados em referência a acordos que estabeleciam sobre a quantidade produzida e beneficiada comprada pelos empresários que produziam sacarias e outros artigos derivados do item.

Por sua disseminação ampla na região a planta atraiu mão-de-obra de várias comunidades em sua produção e em etapas do processo produtivo. Baseando-se principalmente na produção de base familiar o manejo da planta também era feito por pessoas da cidade que se deslocavam para as várzeas trabalhar na lavoura de juta onde poderiam ganhar dinheiro pela quantidade de trabalho realizada conforme acordado entre as partes.

Alguns bancos também são relatados como integrantes do cenário regional da juta no que toca ao financiamento que era obtido que garantia a produção futura na várzea. Os bancos que estavam localizados na cidade realizavam empréstimos e financiamentos a crédito a alguns produtores, comerciantes e patrões das comunidades interioranas que negociavam juta aumentando a disponibilidade de crédito nas relações já baseadas em crédito informal e adiantamento de mercadorias. Dado que na região o sistema de aviamento aparenta ter sido menos exploratório, a autonomia dos produtores não era, pelo que parece, restringida por coação ou subordinação exercida por algum patrão. Alguns produtores conseguiam financiamento com os bancos da mesma forma que patrões e comerciantes e empregavam parte na produção, como no caso dos primeiros, e no adiantamento de itens comerciais para seus empregados ou clientes, como no caso dos segundos.

Em conjunto a estes personagens alguns órgãos governamentais também integravam a cadeia da fibra. Estes órgãos do setor de agricultura dos níveis municipal, estadual e nacional realizavam estudos sobre a aclimatação e adaptação da planta na região além de apoio aos produtores e auxílio científico no processo de melhoramento genético de sementes. As secretarias municipais de agricultura dos municípios de Alenquer, Santarém e Monte Alegre mantinham presença constante no processo de produção da fibra da mesma maneira que a EMBRAPA e as secretarias e departamentos estaduais e nacionais do setor agrícola. Sua presença neste contexto era importante no sentido de viabilizar a disponibilidade de sementes boas para o cultivo e estudo das fibras colhidas na região e interagir com comerciantes de fibra e semente que obtinham as mesmas com órgãos auxiliares, como relatado o IFIBRAM (Insituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais Amazônia) da cidade de Santarém por exemplo. De forma mais simples o quadro que compunha as relações entre os agentes do comércio de juta era formado de forma similar a esta:

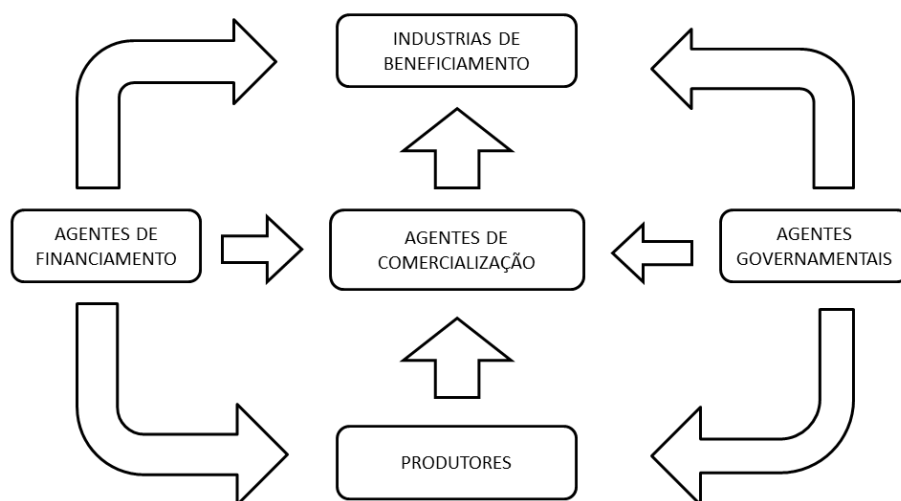


Figura 4: Agentes relacionados à produção de juta.

3.3 Relações sociais apresentadas no campo de pesquisa

Visto que grande parte da população de várzea praticou o plantio da juta até meados da década de 1980, é explícito o domínio que o trabalho tinha sobre a vida da população, já que o mesmo sendo empregado na produção da fibra abriu oportunidade

para milhares de famílias de adquirir uma porção de terra para o trabalho assim como a casa própria entre outros bens. A partir do ponto de vista dos produtores Winklerprins (2006) chega a comentar:

the jute boom is a reference point in regional memory and has taken on great importance in the minds of locals as they search for another dominant activity and income source since its demise (...). Men, in particular look back to the period as 'golden' because it is when there was significant credit or disposable income available. This enabled families to upgrade their houses from mud to wood planks, and purchase such valuable assets as canoes and radios. Women were less enthusiastic about that era because, although they recall the great benefits of a relatively higher income, they also remember the backbreaking work that jute cultivation involved and the inherent dangers of working in the river water (with the processing of jute requires)⁹.

A possibilidade de atuar em uma atividade em um ambiente não exploratório com renda garantida durante uma parte do ano é inerente ao que era realizado pelos produtores de juta do contexto pesquisado. Este fato constituído pelas narrativas expressas durante a pesquisa na região levou ao delineamento da cadeia de produção da juta levando em consideração grande parte dos agentes envolvidos em sua conjuntura. Apesar de ser introduzida pela atividade econômica voltada para a economia nacional e estrangeira as relações mantidas pelos agentes de comercialização apresentavam aspectos que não se limitavam às convenções econômicas e permeavam o domínio social da vida dos próprios.

A interação entre estes agentes no estabelecimento de acordos comerciais se mostra um vasto domínio de relações que envolvem sentimentos como solidariedade, ajuda mútua e compadrio, presentes no contexto social e cultural amazônico em que a moral e os costumes associados ao acordo comercial se traduzem em novas possibilidades de compreensão sobre os modos de vida dos habitantes das várzeas, terras firmes e ao longo do interior da Amazônia.

Desde sua base a estrutura produtiva era sustentada pela dependência dos agentes entre si por acordos verbais e não-verbais e pelo adiantamento de mercadorias a crédito pelo sistema de aviamento. Com a expansão de sua influência no mercado a juta

⁹ “O boom da juta é um ponto de referência na memória regional e assumiu grande importância na mente dos locais conforme buscavam outra atividade primária e fonte de renda desde seu colapso. Os homens em particular olham para o período como ‘dourado’ porque era quando havia crédito significativo ou renda extra disponível. Isso permitiu que as famílias melhorassem suas casas de barro para tábuas de madeira, e adquirissem itens valiosos como canoas e rádios. As mulheres eram menos entusiasmadas sobre este período, embora lembrassem os benefícios de uma renda relativamente maior, elas também recordam do trabalho árduo que envolvia o cultivo de juta e dos perigos inerentes do trabalho na água do rio (que o processamento da juta requer).” (WINKLERPRINS, 2006 p. 824).

atraiu investimentos a nível local e nacional na instalação de indústrias de aniagem como também no transporte local das fibras por meio fluvial moldando o cenário urbano e rural do baixo-amazonas principalmente durante o início da segunda metade do século XX ao injetar dinheiro na economia local da mesma forma que fazia com bens industrializados que chegavam também no interior através dos mesmos agentes de comercialização que os trocavam ou vendiam entre a população que vivia mais afastada das cidades, entre os rios, igarapés, córregos e paranás do interior da bacia amazônica.

Tanto o acesso ao comércio de bens primários como o de bens industrializados no interior era subsidiado pelo sistema de aviamento que punha em movimento o fluxo de matérias-primas e bens de consumo na região através do crédito informal, que em alguns momentos mostra-se mais eficiente que o formal por conseguir chegar a locais distantes das cidades onde está localizado o produtor agrícola (Aramburu, 1994, p. 1).

O esquema que mantinha em movimento as mercadorias inicia com a produção de matéria-prima sendo repassada aos agentes de comercialização até o consumo final seguida da renda obtida que era repassada por todas as etapas da cadeia e indivíduos que a compunham. Desde o início de sua comercialização, de acordo com o esquema, deve-se ter em mente que esta produção já estava prevista segundo o adiantamento de mercadorias para sua realização, sendo vendida ou repassada aos patrões, comerciantes e outros negociantes e revendida subsequentemente a comerciantes e produtores maiores até seu beneficiamento industrial. Da maneira como descrito é possível perceber como o sistema de aviamento se apresenta especificamente após o contato com agentes e fatores externos e seguindo da mesma maneira com os bens de consumo que chegavam às cidades e eram revendidas até o cliente e produtor mais distante que a rede de comércio englobava.

A presença de toneladas de juta na região e sua alta demanda durante muitos anos é recordada pelas pessoas que vivenciaram este período como dourado devido a obtenção de renda extra e oportunidade de mudança de vida para alguns, chegando a lembrar da planta como ouro da região ou garimpo. Sua valorização e alta procura fez dela um item conhecido muito rapidamente sendo incorporada prontamente pelo sistema de comércio local que necessitava ser abastecido deste item. Assim trocas comerciais realizadas com juta sem a presença de dinheiro tornaram-se comuns, sendo um item comparado com ouro não é difícil imaginar a quantidade de pessoas interessadas em sua comercialização e benefícios que poderia trazer para as mesmas.

Em certas áreas de produção o trabalho com emprego de mão-de-obra externa era pago com dinheiro e também com juta sob a forma de fibra. Devido ser bastante valorizada a fibra da planta poderia ser vendida fácil e rapidamente ao comerciante ou patrão mais próximo que revenderia-a a outros patrões ou casas comerciais maiores até chegar nas cidades onde ocorria o beneficiamento. Comerciantes vendiam mercadorias recebendo juta como pagamento também, alguns inclusive faziam o transporte de toneladas de juta resultantes deste escambo para revende-las até patrões nas cidades, por vezes especializando-se na atividade tornando-se também patrões.

Mesmo partindo do ponto de análise da troca econômica no contexto local a observação e estudo empregado na pesquisa atentou para a dimensão que a troca neste sentido opera especificamente na região entrando em contato com outros aspectos da vida dos sujeitos dentro da economia regional. A produção em larga escala da planta de juta apresentou aspectos que não aparentavam ser meramente econômicos dado a ênfase que o trabalho possui entre os produtores e nas relações que mantinham com comerciantes e patrões principalmente. Da mesma forma a delineação da estrutura produtiva do item proporcionou a visão do movimento de mercadorias dentro da região através de um sistema de trocas e escambo sem a presença de dinheiro realizada por grande parte dos agentes situados nela durante vários anos garantindo o fluxo das mercadorias regionais e estrangeiras.

Isto se dá especialmente devido às interações entre os sujeitos que se encontravam em meio ao comércio de juta dentro de um contexto de mudança no panorama regional, nacional e internacional movida pelo estabelecimento de uma economia global planificada em curso no século XX. A possibilidade de enriquecimento e aumento da capacidade de consumo tornou-se viável desta maneira para várias pessoas ao redor do mundo não sendo diferente na região o Baixo-Amazonas aonde da mesma forma que durante a exploração de outros itens florestais a possibilidade de progredir economicamente se tornou uma realidade para muitos ribeirinhos e habitantes do interior.

O cultivo e venda da fibra de juta na região pôs em contato diversos agentes sob relações diversas movidos pelo interesse econômico principalmente, não excluindo outras formas, mas pela alta demanda e lucro obtido com o item sua comercialização abriu oportunidades para a melhoria de vida de vários produtores regionais modificando algumas vezes suas relações com a sociedade e os indivíduos nela.

Este assunto toca especialmente aos agentes situados nas posições mais baixas da cadeia produtiva no contexto pesquisado. Pequenos produtores, comerciantes e patrões se viram na possibilidade de melhoria de vida ocasionado pelo “boom” da juta ao se colocarem em relações com indivíduos e instituições particularmente novos no cenário regional na expectativa de aumentarem suas rendas pessoais e familiares. É possível observar estes aspectos nas mudanças relatadas nas vidas dos interlocutores entre o que pode-se citar a aquisição de bens duráveis e terras para trabalharem; canoas e barcos; rádios e eletrônicos; construção da casa própria e possibilidade de educarem seus filhos. Fruto da comercialização da fibra de juta estes acontecimentos inerentes à vida dos produtores relatados neste trabalho podem ser ampliados por entre as áreas de produção da fibra ao longo de cinquenta a sessenta anos de sua produção ao longo das várzeas do rio Amazonas.

Mesmo sendo um sistema produtivo e hierárquico a cadeia da juta não anulava a autonomia de seus agentes de forma a restringir sua mobilidade na mesma se fosse possível. De forma diversa em localidades que o patrão exerce influência exploratória direta sobre o produtor, a região do Baixo-Amazonas é tida como um local livre de ocorrências de subordinação extrema e escravidão por dívida como nos seringais e barracões da época da borracha. É possível argumentar com base nos dados recolhidos durante a pesquisa que a ausência de restrição sobre a mobilidade dos agentes era inerente ao sistema de comércio e relações sociais em torno da comercialização da juta. A liberdade de compra e venda e acordos com mais de um patrão foram presentes nas falas dos interlocutores sendo eles produtores e patrões, sendo que salientavam que não havia exploração no que concerne a história da fibra na região.

Assim dentro do sistema de aviação no comércio de juta os produtores e patrões são representados possuindo uma relação harmoniosa e amigável sobre os negócios e vida pessoal. O patrão retratado na região chegava a participar de acontecimentos nas vidas dos produtores, convidada frequentemente os mesmos para banquetes, prestava auxílios de diversas formas aos produtores em momentos de necessidade e sempre tinha relações amigáveis nos negócios.

Os produtores por sua vez em um ambiente em que sua liberdade e autonomia não era privada poderiam realizar e implementar escolhas sobre o que produzia e sobre como iria vendê-lo da forma que o beneficiasse mais. Esta conjuntura proporcionou a alternância de alguns agentes de uma parte da hierarquia à outra, de forma que a

ascensão na mesma ocorria muitas vezes da escala da produção à escala de comercialização e financiamento no sistema de comércio.

3.4 Como se faz um patrão?

É sabido que produtores chegaram a se tornar patrões e comerciantes no contexto regional, subindo nos negócios e mantendo relações com outros agentes da estrutura de produção nas suas partes mais altas. Este evento apresentou ser uma das características mais relevantes sobre a economia local por contextualmente divergir do modo como as relações de trabalho na região amazônica eram relatadas, sobretudo nas relações entre patrões e fregueses. Assim a particularidade deste caso pode ser retratada mais especificamente se levando em consideração a capacidade de agência dos sujeitos sobre o contexto em que viviam e como a mudança de posição neste sistema foi viabilizado além da forma como ocorrida.

Localmente o patrão ou senhor de negócios é tido como uma pessoa amistosa, generosa e simpática. Para tratar das características deste agente é importante lembrar-se da restrição à mobilidade tanto do produtor como do patrão na cadeia de produção relacionados pelo estabelecimento de dívidas por crédito informal e adiantamento de mercadorias pela produção futura do empregado. Os dois agentes assim estão assegurados com base na garantia da produção de juta que gerava grande quantidade de dinheiro para seus envoldidos e estando cientes de seriam bastante beneficiados no recolhimento das safras mantinham relações amistosas entre si.

Levando em consideração que o trabalho interage com as demais esferas da vida social da população local por caráter históricos as relações de generosidade e reciprocidade entre os agentes locais da cadeia ressalta e confirma os acordos econômicos verbalizados pelos mesmos. A seguridade da manutenção do sistema que sustentava as trocas locais dependiam significativamente do abastecimento dos itens primários e seu fluxo entre os agentes a partir da base, produtor e patrão. A fidelidade é apresentada como um aspecto recorrente aos acordos entre estes personagens, porém não havendo conflitos entre a escolha de venda dos produtores a outros patrões inclusive.

3.4.1 Projetos de vida

Entrando em contato com antigos plantadores de juta da região foi recorrente o relato de como os mesmos conseguiram viabilizar projetos decorrentes do crédito e da renda obtida com os lucros da produção de juta. Ao possibilitar o incremento das famílias a renda auferida auxiliava tanto na manutenção dos seus integrantes como a viabilização de objetivos elaborados em meio a novas circunstâncias de vida em que se viam postos. Estando integrados ao mercado consumidor e em contato com uma rede de relações entre pessoas das cidades e capitais a interação com este contexto era cada vez mais próximo e tornavam-se assuntos debatidos dentro das famílias sobre diversos temas, desde a reforma na casa devido ao incremento na renda até a possibilidade de se mudarem para as cidades afim de que seus filhos pudessem estudar.

Velho (1994, p. 46) tratando sobre projetos individuais comenta que tais projetos “interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos.” O que é referido como campo de possibilidades é expresso nas narrativas dos antigos produtores postos em frente a novos contextos sociais a partir de determinado momento. A manifestação destes projetos individuais não opera mecanicamente através do aumento de renda, mas sim em sentido a novas percepções sobre o contexto social e cultural em que estão situados e à possibilidade de interação e integração com segmentos específicos da sociedade.

Tal acontecimento tinha reflexos nas escolhas dos produtores sobre a produção e o que dela foi obtido, delineando objetivos a serem levados em prática, levando em consideração que a “viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e da interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*. Os *projetos*, como as pessoas, mudam.” (Velho, 1994, p. 48 grifos no original).

Estando situado em uma rede de interações com vários indivíduos a viabilidade de certos projetos individuais e coletivos depende substancialmente de como ocorre a interação e comunicação entre projetos e pessoas se modificando conforme a dinâmica desta rede de relações. Para alguns a concretização de um projeto foi bem sucedido levando-os a viabilização de outros projetos, assim como pode ter ocorrido da mesma maneira com outros produtores dependendo do resultado da viabilização dos projetos e das interações entre os demais agentes.

O conhecimento que o produtor tinha sobre os demais agentes da cadeia da fibra e das relações que ocorriam nela tinha a possibilidade de mobilidade dentro da mesma

uma vez já integrado a ela, utilizando de sua liberdade econômica e autonomia de escolha para definir e viabilizar projetos no contexto social incidindo em novas formas de relacionamento entre os habitantes da região.

Como já exposto ao longo do trabalho é válido recordar que o impacto que o desenvolvimento da juteicultura causou na vida dos habitantes locais teve contudo um fim devido o colapso da economia da fibra em fins dos anos oitenta. Iguamente a outras economias derivadas de outros produtos o declínio da venda de juta levou a uma estagnação das relações de trabalho além de afetar a economia local sem o movimento comercial impulsionado pelas relações mantidas pelos agentes locais. Sem a possibilidade da venda de juta produtores e patrões menores viram-se obrigados a realizar outras atividades para conseguir sobreviver na várzea enquanto outros integrantes da cadeia também se encaminhavam para outros segmentos econômicos ou outros projetos de vida.

Os agentes que se encontravam nas partes mais altas da cadeia e com maior possibilidade de mobilidade migraram para outros setores produtivos ou comerciais sem opção a retornar à economia da juta. A derrocada da comercialização do item levou a um hiato na economia local deixando sem atividade um grande número de pessoas que anos atrás dedicavam-se exclusivamente à lavoura de juta. Ainda assim a economia é lembrada como muito próspera e aparentemente sem precedentes na região.

3.4.2 Relações de crédito

O sucesso da manutenção das relações comerciais na região deve-se basicamente à disponibilidade de mercadorias a serem vendidas a prazo dentro de um sistema de crédito informal quitado com matéria-prima. Tanto no interior da Amazônia quanto em outros países relações comerciais baseadas no crédito informal também são presentes desempenhando uma função vital nas relações sociais. O funcionamento do crédito depende de duas partes interessadas, no caso o comerciante e o comprador, e nas relações sociais locais é demonstrado o aspecto que o crédito possui entre os produtores rurais e dos donos de comércio ou patrões. A dívida que é fundada entre as partes funciona como mecanismo de manutenção entre as relações que ambos mantêm entre si no contexto local assegurando um ao outro o acesso de bens.

Historicamente a ausência de dinheiro na região fomentou esta prática comercial e se firmou como uma de suas bases envolvendo diversos domínios da vida dos

indivíduos neste contexto. Arensberg e Kimball (1973) comentam que “o comerciante reconhece abertamente que o agricultor é a base de sua prosperidade” sobre o sistema de crédito na Irlanda, demonstrando como a seguridade e o sucesso que o comerciante possui é em função das relações que estabelece com seus compradores. Em uma região como a Amazônia em que o acesso a bens comerciais é dificultoso devido a distância entre os mercados, as interações entre os agentes mais afastados são cabais em sua sobrevivência na região.

Os costumes que os habitantes possuem também são fundamentais nas relações comerciais influenciando na responsabilidade entre comprador e comerciante na dinâmica comercial. Alguns produtores mantêm a dívida em aberto com alguns produtores sem quitá-la de uma vez agindo conscientemente na manutenção da obrigação como forma de assegurar a relação que mantêm com o mesmo na compra de seus produtos. Segundo Arensberg e Kimball (1973, p. 93):

raro é o caso em que o devedor não faça tudo para cumprir as obrigações com o credor. O comerciante não tem garantia legal que a dívida será paga. Sua segurança está na observância dos costumes e obrigações impostas pela reciprocidade. O dinheiro devido ao comerciante é mais que uma dívida: é uma obrigação pessoal.

No sistema de aviamiento amazônico as relações de crédito apesar de serem lembradas como um mecanismo de exploração apresentaram também a relevância entre os agentes que asseguram ao mercado o abastecimento de mercadorias que ele necessita. Sampaio (2002, p. 10) relata que “o vínculo entre ambos [patrão e empregado] não se estabelece necessariamente por vínculos empregatícios, mas pela dívida (...) que o produtor deve saldar” agindo no momento final da produção e início da distribuição de bens geralmente com espoliação na revenda dos mesmos. As relações entre os agentes sustentadas pelo sistema de crédito sofreram mudanças ao longo do passar dos anos conforme entrava em contato com segmentos maiores do sistema capitalista de produção.

Em meio ao crédito informal o sistema de aviamiento no comércio de juta também punha em contato com os produtores e patrões bancos que poderiam conceder crédito e financiamento, aumentando o leque de possibilidades de escolha aos mesmos em meio ao corrente cenário social. Mudanças no modo de produção mundial certamente tiveram reflexo nos mais variados contextos sociais e econômicos inclusive no exposto aqui a partir do momento que o incentivo e aumento do comércio estabelecia

novos padrões de relacionamento entre os habitantes locais paralelamente à inserção do capital financeiro nas relações econômicas locais. Este fato mostra como no contexto regional a incorporação de novas modalidades de relacionamentos com agentes comerciais implicavam nos modos de vida dos diversos personagens que compunham a rede de comércio da juta nas várzeas do rio Amazonas.

O discurso apresentado até aqui propôs a tentativa de compreensão dos modos de vida dos habitantes do interior a partir do sistema de aviamento em seus respectivos contextos mediante as narrativas expressas pelos mesmos, dado a forma como este sistema orientou e norteou relações dos mais variados tipos entre os indivíduos que viveram durante seu período na região.

De acordo com Sampaio (2002, p. 38) a relação entre a dívida comercial e os costumes conforme orientam as relações de produção na Amazônia estabelecia vínculos entre diferentes esferas da vida social divergindo da subordinação apoiada pelo crédito informal. Segundo o mesmo a interação entre dívida e moral reflete “em grande medida a visão do trabalhador sobre si próprio como um elemento livre e autônomo, ligado ao ‘patrão’ por compromissos voluntários”, demonstrando como os agentes situados na parte inferior da estrutura comercial eram relacionados provavelmente mais por acordos baseados em costumes do que em acordos comerciais além da liberdade que o produtor possuía em relação ao patrão se endividando, quando no caso, conscientemente com este último. A premissa de que o sistema de aviamento foi menos exploratório no contexto da juta se deve em grande parte à mobilidade que os personagens poderiam realizar uma vez que se encontravam distantes de uma situação de exploração e alta subordinação como em outras economias derivadas de produtos extrativistas e vegetais. Mesmo sendo um sistema que historicamente gerava lucros para aqueles nas camadas mais altas da hierarquia o aviamento na região do Baixo-Amazonas pelo que parece ofereceu oportunidades para várias famílias mudar de vida e mesmo acumular riquezas e patrimônio, já que não colocava em débito perpétuo as mesmas com o patrão ou comerciante (WINKLERPRINS, 2006, p. 829).

A particularidade destas relações em um contexto historicamente conhecido pela espoliação e exploração tanto da natureza como dos seres humanos apresenta ser um meio que abre perspectivas para a compreensão dos sentidos sobre como o trabalho era realizado pelos produtores ribeirinhos e rurais das regiões do interior amazônico. O discurso apresentado ao longo do trabalho agora pode ser avaliado posto em relação com os discursos e narrativas de antigos produtores das cidades produtoras de fibra de

juta na região que fazem referência à rede de relações centradas na disponibilidade de crédito formal e informal na antiga produção regional de fibras naturais.

3.5 Memórias de trabalho sobre a comercialização da fibra de juta

Um grupo de vozes constituído por uma variedade de sujeitos ao enfatizarem segmentos específicos de suas memórias coletivamente é o que pode ser exposto nas falas dos antigos juteiros. Este carácter da pesquisa evidenciado pela pesquisa em fontes orais atesta um grupo de indivíduos que narram suas histórias separadamente, entretanto sobre o mesmo tema, e que resulta em uma soma de depoimentos que retratam vários domínios do trabalho realizado pelos mesmos de forma conjunta, apresentando em suas falas pontos semelhantes sobre os mesmos assuntos, tais como: o modo como o trabalho era na lavoura; os ganhos materiais e imateriais adquiridos através do comércio da juta; a penosidade do trabalho e certo grau de “saúde” do período em que a juta representava grande parte da economia da região.

A partir de entrevistas e recolhimento de relatos na cidade de Santarém foi perceptível a dimensão espacial que a juta tinha na região do Baixo-Amazonas e áreas vizinhas reportando a um período específico do passado, há cerca de trinta anos atrás no mínimo. Cidades e comunidades são conhecidas devido ao comércio da juta junto à sociedade aberta, principalmente na região do Rio Amazonas e suas várzeas. Santarém é uma das primeiras cidades faladas pelas pessoas quando se pergunta do assunto, tendo a pesquisa iniciado nesta pela extensão de sua recordância além de ter abrigado uma fábrica de beneficiamento do item .

Na cidade o senhor Manoel Onício de Souza, natural de Alenquer e antigo produtor e negociador de juta reside com sua família. O mesmo trabalhou por vários anos na região da Costa do Arapiri nas várzeas de Alenquer porém teve que se mudar no ano de 1988 devido o fenômeno das terras caídas ao tempo em que o comércio de juta começava a declinar. Ele conta que as sementes que plantava eram fornecidas por japoneses e que trabalhava também como aviador comprando mercadorias em Alenquer e Santarém e vendendo as mesmas aos trabalhadores em troca de juta. Alguns nomes de pessoas e instituições são citadas relacionadas à estrutura de produção da juta, como Milton Marques, último comprador de juta na região e um agente da Caixa Econômica Federal de nome Marque Pinto com quem mantinha negócios.

D. Maria de Nazaré, esposa de Seu Manoel Onício relata aspectos sobre a vida difícil que se tinha com o trabalho da juta, que demandava horas e horas de corte da planta com elevado nível de água chegando por volta da cintura e aspectos relativos a geografia do lugar e das pessoas com quem trabalhava. Como ela diz: “Todos trabalhavam, todo mundo de lá na juta. Era de que vivia (...) todo mundo plantava. Cada um tinha o seu. Aqueles que tinham menos condições compravam dos que tinham mais pra pagar e depois vendia a juta”.

Relata também que começou a trabalhar com a juta quando estava com vinte anos de idade, e que a juta era a maior produção entre os trabalhadores da região. A produção da região era levada principalmente para Santarém, contando que não havia endividamentos por dívida entre patrões e empregados:

A juta era a maior produção de lá (...). A juta era o garimpo de lá (...). Naquela época todo mundo tinha, corria muito dinheiro. Era barato mas naquela época o dinheiro tinha mais valor do que agora eu acho. (...) O que dava mais dinheiro era juta. Cada qual mandava no que era seu. Plantava e vendia pra quem queria, era livre. Vendia e quando era no tempo da safra que a pessoa colhia, vendia pra pagar sua dívida. Pagava sua dívida e sobrava dinheiro.

D. Maria conta que teve que se mudar com sua família da região devido a caída das terras devido a força do rio:

Trabalhei até o ano que vim embora pra cá (...) agora tem bem pouquinha gente, que não tem mais terra, terras caídas. Depois que nós viemos de lá já tava começando a cair. Depois que viemos de lá aí que caiu mesmo. Onde a gente morava era Amazonas. Caía caía caía que acabou. Muita gente saiu de lá e os que tão estão amontoadinhos ali que não tem mais terra pra trabalhar.

Na cidade de Alenquer em visita à EMATER do município foi possível identificar algumas comunidades em que a cultura da planta de juta era realizada, dentre as quais Vila de Palha, Salvação, Costa do Arapiri, Surubimiri (cima e baixo), Surubiaçú e Atumã, além de agentes governamentais, caso da Secretaria e Agricultura e o Governo Federal que se uniam para levar assistência técnica e informação aos produtores de sementes e fibras.

Ainda em Alenquer o senhor Ademar da Silva que trabalhava com a produção de sementes em terra firme conta que o preço do quilo da semente acompanhava o preço do quilo da carne de boi, e que atualmente não se planta mais juta, sendo a última safra

de seu conhecimento do ano de 2008, que era vendida para a cidade de Manaus, além de relatar que nunca houve endividamento dos trabalhadores na cadeia produtiva.

Na cidade ainda foi possível encontrar Dona Maria Nesina, esposa de um antigo produtor de juta na comunidade de Salvação. Relembra do tempo em que a juta era a principal mercadoria da região, sobre os tempos fartos de comida e dinheiro que se lucrava com a venda para os patrões da família inteira trabalhando no roçado na lavoura. Ela ainda comenta sobre as grandes extensões de terra que a juta abrangia, no desenhador que se formava na terra, os diálogos que eram feitos no trabalho com todos praticamente submersos no rio cortando a planta e deixando para secar nos varais. Conta também sobre a dificuldade ocasionada pela crise do comércio de juta, quando a família teve que se dedicar a plantação de outros produtos – principalmente farinha e tomate – e na mudança do local de moradia, da comunidade para a cidade de Alenquer.

Alguns patrões reconhecidos na região por volta e meia são lembrados pelas pessoas que lidavam com a jicultura, dentre os quais o senhor Claudir Gantuss é bastante conhecido e recordado tanto na região como nas cidades que mais produziam juta. Na cidade de Alenquer ainda reside a viúva de seu Claudir, dona Ione Gantuss, que não chegou a trabalhar na produção, porém mas por vezes participava do comércio. A mesma chega a elencar algumas comunidades que seu marido “abastecia”, como exposto no capítulo anterior. sobre o modo como seu Claudir geria os negócios ela relata:

Financiava com dinheiro, financiava com mercadoria, no comércio e quando vinham pra trazer a juta, a fibra, aí descontava. Ele sempre foi comerciante, fazendeiro, dono do posto de gasolina. Deus o livre, ele adorava esse trabalho com juta. Ele era patrão daqui [de Alenquer], de juta era só ele (...) ele tinha um nome a zelar, Deus o livre todo mundo escutava, ele tinha todo o cuidado de manter o nome dele limpo, ele era conhecido mesmo, graças a Deus.

Sobre o modo como seu Claudir obtinha as sementes para repassar aos produtores:

Ele pegava a semente, distribuía ‘tantos quilos pra você, tantos quilos pra você’, sabe? Pra eles plantarem, colherem, aí descontava. As vezes a semente era dada. Ele conseguia pelo Estado, com um deputado não sei quem, pra dar a semente. Pra também dar um incentivo pra juta. Mas era muita juta.

D. Ione narra que alguns parceiros de negócio de Seu Claudir de outras cidades e estados iam até a cidade para tratar de assuntos relativos à jicultura:

Era de Recife, Santarém, era de Belém, mas mais de Santarém. Tem uma cidade aí de Manaus que eu não estou lembrada também... Manacapuru! Aí eles vinham, almoçavam aqui, iam ao banco, ajeitava tudo (...) só pra tratar de juta. Mas era muito bom. Porque circulava dinheiro não é? Na cidade circulava dinheiro.

A quantidade de juta que ficava a cargo de seu esposo, segundo dona Ione, chegava a várias toneladas. A produção era transportada através de embarcações próprias que a família possuía e também por outras alugadas:

A loja ficava cheia de juta, o comércio, o depósito ali atrás ficava cheio de juta. Nós tínhamos barco, mas mesmo assim ainda tinha que alugar porque tinha que ser coisa exclusiva pra não ir junto com os que vão pra Santarém. Tinha que ser um barco exclusivo porque juta é juta né? É fibra, é fogo que Deus o livre pegar fogo de repente. Pegou fogo uma vez aí o posto, muita combustão né da juta, mas graças a Deus ficou tudo normalizado.

A quantidade que era recolhida, segundo D. Ione:

Deus o livre, era juta, barco de juta, meu marido tinha barco que ia pegar nas comunidades sabe? E já levava pra lá a juta, que tinha um pessoal responsável pra receber, pesar e receber. Aí já levava pra lá pra JUTASA ou TECEJUTA uma coisa assim em Santarém. Por exemplo, agora maio, junho, era quando o pessoal ia trazendo a fibra né? Abril... ou trazia ou meu marido mandava buscar, já levava direto lá pra... não sei se era JUTASA ou TECEJUTA de Santarém. De Santarém prensavam e ia pra Belém ou Recife. Recife eu sei que ia bem. Mas tudo era pensado em Santarém, tudo.

Apesar de ser bastante conhecido, alguns produtores utilizavam de práticas para tentar enganar seu Claudir, colocando pedaços de pau e pedra dentro dos fardos de juta afim de que tivessem um peso maior, já que o pagamento sobre o item era feito com base no peso e não em outros aspectos da fibra. Com o declínio da economia jutícula a esposa de seu Claudir chega a comentar:

Quem mais produzia aqui éramos nós, era muito mesmo. Acabou o incentivo aí pronto né? (...) depois começou a aparecer fibra do Paquistão, o banco parou de negociar, e teve aquela enchente que veio de não sei que ano que acabou com tudo. Uma enchente que o Claudir teve prejuízo porque ele não podia cobrar dos ribeirinhos porque de onde que eles iam tirar? Só que acabou o incentivo, e foi o tempo também que ele adoeceu... mas mesmo assim não foi nem pela doença, foi no sentido que a gente não pôde continuar.

Após a queda do comércio de juta seu Claudir ainda chegou a trabalhar na produção de outra fibra vegetal segundo sua esposa, a planta de Curauá, porém por um

momento bem curto. Após o colapso da venda e compra da fibra de juta na região ela finaliza: “parou, ninguém ouviu mais falar”.

Também em Alenquer a professora da rede de educação Maria Martins teve bastante a contar sobre a historia da juta na região e sua também, por ter feito sua monografia em entre 2000 e 2004 sobre a influência da economia da juta e sua história na cidade de Alenquer:

Como eu sou daqui eu queria falar do meu município, a questão da juta lá, eu queria saber, conhecer. Meu pai trabalhou muito tempo no ministério (...) Eu lembro que papai mexia muito com a juta, com a semente, comprava aquelas áreas, então papai falava muito de colônia, em vários lugares ele ia buscar a juta e colocava naqueles tambores que o ministério mandava, mandava pra Belém, mandava pra Manaus, porque Manaus também é um grande foco, Manaus ainda hoje tem gente plantando. Eu estava pesquisando como foi que ela surgiu aqui no nosso município. Porque o pessoal da juta viveu em um apogeu muito grande na cidade, então foi maravilhoso o período que estiveram. Fui na Salvação e Vila de Palha. Vila de Palha é semente que cultivavam.

A pesquisadora chega a comentar que “quem comprava muito era o seu Claudir, que foi o pioneiro. Só que seu Claudir morreu e depois que Seu Claudir morreu eu não sei como ficou essa venda”. Ela também comenta alguns pontos sobre a região e o processo de trabalho que acompanhou com alguns produtores:

Eles viveram assim no auge muito grande, muitas pessoas compraram casas, barcos, compraram gado, tiveram uma vida muito boa, mas também o serviço é um serviço muito crucial. Eu vi eles lavando juta com água na cintura, muito difícil (...). Inclusive na várzea eles não só mais vivem de juta, eles plantam milho, mandioca, plantam feijão. Eles plantam mandioca por que o período deles estarem lá é muito pouco, antes era até seis meses, mas agora não dá mais seis meses pra fazer esses cultivos, muitas vezes eles até pedem ajuda porque não tem tempo pra secagem essas coisas todas (...). É um trabalho assim muito cansativo, muito rude, porque eles não tinham nenhuma máquina, queriam máquina, queriam coisa assim porque eles sofriam demais pra fazer o trabalho.

Ela também comenta sobre alguns tipos novos de semente durante o período de sua pesquisa que geravam novas variedades da planta por meio de experimentos, como no caso relatado um tipo de juta pequena ou “jutinha” como conhecida.

Mudando para a cidade de Monte Alegre foi possível entrar em contato Guido Arruda e Joilson Santos que eram antigos moradores da região de várzea e recordam bastantes aspectos referentes a economia da juta. Guido já com idade avançada, possui uma rede de supermercados na cidade patrimônio que conseguiu através do trabalho com juta desde o ano de 1960. Ele afirma que:

Minha profissão era fotógrafo, meu pai também entendia de fotografia e me ensinou, mas quando eu completei 18 anos fotografia naquele tempo não dava (...) aí fui trabalhar, fui pra lá pro Cuçari [município de Prainha]. Eu com 18 anos abandonei Monte Alegre, eu não tinha nada, meu pai também não tinha, eu não vou ficar aqui nessa cidade. E pra lá eu fui como ajudante dum comerciante lá e coisa, e depois eu comecei a trabalhar na juta.

Após o início de seu trabalho com juta ele comenta:

Eu financiava, pegava dinheiro do, dinheiro dos compradores né, dos exportadores, o recurso vinha do exportadores que exportavam pra Santarém, de Belém. Aliás negociei até com patrões que eu nem conhecia, só por correspondência e coisa mas e quando chegava aquela época eles “Seu Arruda seu menino não tá precisando de dinheiro e coisa? Vai começar a safra!” (...). Era assim eu, a gente começava a financiar o agricultor desde o preparo da terra até a colheita, só ia pagar quando colhesse os produtos (...). Adiantava, adiantava, adiantava crédito desde o preparo da terra até a colheita.

Era financiado, dos patrões, do banco, fazia financiamento no banco.

P: E pagava pros produtores, pro agricultor né?

- Isso!

P: Adiantava material pra ele?

- Tudo, tudo!

P: E ele pagava pro senhor com juta?

- Desde a despesa de comida, tudo, tudo, até a colheita.

P: E ele pagava o senhor com juta mesmo?

- Com juta, mas era com fibra.

P: Pagava com a fibra que o senhor exportava.

- Isso, isso justamente.

P: E os barcos buscavam aqui em Monte Alegre?

- Tinha vezes buscavam ou eu levava né. Eu era patrão e tinha meus patrões também.

Ele relata também sobre outros aspectos da troca de mercadorias no contexto de produção de juta na região:

Eu quando tava fiscalizando, tava recebendo e coisa, por que eu tinha um comercio né, eu vendia mercadoria, financiava com mercadoria, com dinheiro. Era tudo, às vezes vamos dizer, um cliente meu, adoecia uma criança lá, “olha seu Guido meu filho adoeceu me arrume tanto dinheiro pra mim levar pra cidade”, eu que financiava.

Comenta também sobre os usos do dinheiro no contexto local:

Às vezes os fregueses vinham ajustar, começava a safra ajustava e coisa, as vezes no inicio o debito deles não era grande, se ele podia se manter as vezes com alguma coisa durante o período né da safra, aí as vezes na primeira entrega já pagava e já tirava o saldo e as vezes ainda dava tempo pra tirar o sarro. Tinha até uns que eram evangélicos e quando eu ia fazer a conta ele dizia “olha seu Guido tira 10% aqui que é pra igreja”. Eles dão 10% né

(...), aí descontava da conta dele então “olha seu Guido 10% aqui tire que é pro dizimo” pra ele dar lá pro pastor.

Ele mantinha relação com vários agentes da cadeia produtiva de algumas cidades que produziam a fibra na região, comentando:

Eu chegava lá em Santarém, lá com os Coimbra, com o Marcos Pinto, ou com Tuji né “olhe me arrume um barco aí que eu vou comprar juta”. Aí eles me davam barco, me davam dinheiro com tudo e eu saía, aí pelas beiradas comprando, aí vinha quando enchia o barco eu levava pra Santarém. Eles me davam o barco, o dinheiro, o recurso pra eu sair comprando. Quando era naquele tempo da safra, eles mesmo me contratavam “o senhor não tem juta?” eu digo “tenho”, “então guarda, tá aqui meu barco, vai comprar também”. Eles queriam. Outros que eu comprava já era diferente, era só na época, eu ia lá enquanto tava na colheita, eu já adiantava aquele dinheiro pra ele me garantir a produção dele, a safra dele. Por que assim como tinha eu no Cuçari, tinha um financiador lá no Puruxi, outro lá no Vira-Sebo, outro no Ipanema.

Sobre o período em que se deu a queda de vendas da fibra ele relembra:

Quando veio já esses outros tipos de sacaria e coisa, por que isso era pra sacaria, pra fazer sacaria pra exportação do café e tal, quando entrou esses outros coisa ela caiu. Eu observei que muitos do meu tempo que tavam muito melhor financeiramente do que eu recuaram (...). Aí a mulher disse “olha agora os filhos começaram a crescer” não tinha mais escolas pra eles e iam pra casa de um tio, “olha filho tem que tá junto com o pai, então vamos pra Monte Alegre e coisa”, “mas como se nós temos um comércio aqui?”, ela disse “não mas a gente pode pôr outro lá, a gente negocia lá também”, ela me deu essa ideia e nós deixamos lá e abrimos outro aqui e começamos assim.

Ainda sobre a economia e o trabalho que exercia dentro da mesma:

Ah era muito dinheiro, principalmente quem trabalhava direito né, quer dizer eu nunca tive dificuldade por que eu sempre trabalhei corretamente, assumi meus compromissos, então quando chegava naquele tempo eles mesmo que ofereciam “olha não quer um dinheiro e isso!?” (...).

Olha, um dia desses eu fui visitar minha fazenda, eu tenho fazenda aí, tem umas ilhas que eu ponho gado e quando eu cheguei numa comunidade, disseram “olha tem um negócio de um futebol, um torneio lá no Cuçari”, aí eu resolvi ir lá, tava numa lancha, fui ver aquilo e senti uma emoção e coisa né. Até quando cheguei em casa eu disse pra esposa “olha eu passei lá no Cuçari” e senti assim uma saudade, uma emoção fiquei emocionado que fazia tempo que eu não andava naquela região, que eu andava comprando juta. A gente sente num lugar que morou tanto tempo, se deu bem (...). Hoje tenho dois supermercados e também tenho minha pecuária (...), formei fazenda pra cá também (...). Formei um patrimônio. Mas meu princípio foi a juta, minha evolução financeira foi a juta.

Seu Joilson Santos, filho de antigos produtores da várzea de Monte Alegre conta sobre as memórias que possui sobre a juta na região:

No Bom Jardim, Santa Rita foram as comunidades que cultivaram juta, plantio de juta estava lá. Meu pai ele vendia mais pra Santarém, tinha um pessoal que vinha de barco, então eles já sabiam eles tinham as clientelas certas pra comprar, que era vendido por quilo. Eles passavam e iam comprando, o pessoal ia vendendo pra eles. Eram atravessadores, a gente não chegava a pegar e colocar numa embarcação e levar, lá em Santarém vender mesmo. Quando chegava o período de plantio de juta, assim, não tinha uma pessoa lá que não tivesse roçado de juta.

A pessoa que chegava lá e perguntava se ele tinha juta pra vender, ele tinha e só vendia a vista, se um atravessador viesse e não tivesse dinheiro pra pagar, ele não vendia. Ele deixava ficar lá até aparecer um que chegasse e pagasse em dinheiro pra ele.

Ele conta mais sobre o período em que seu pai se dedicou a produção de fibra:

Ele foi balateiro meu pai (...). Ele deixou a família estabilizada, bastante estabilizada, ele começou justamente com dinheiro de juta, melancia, feijão é jerimum, ele começou assim. Pescaria ele não era assim tão de pescar pra vender o peixe pro outros pro atravessadores não, ele pescava pra consumo dos trabalhadores dele e pra consumo da família só isso (...). Se você chegasse pra comprar juta né, e você dava uma valor no quilo, ele não vendia se soubesse que outro compraria dele num valor um pouco mais alto.

Joilson também fala sobre o sistema de trocas que ocorria localmente sem a presença de dinheiro, mas com a juta como mediador de trocas:

Agora tinha um período também, por exemplo, que ele precisava de telha por um mesmo atravessador, como na época era muito difícil o transporte naquela região, pra você ir em Santarém era muito difícil, transporte aí era muito complicado, então quando o atravessador ia lá e ele precisava de telha, prego né, ele negociava com a pessoa pra trazer pra ele, trazer a nota aí ele já pagava com juta (...). Embora o atravessador não pagasse assim um valor que era devido, mas eles se entendiam nessas negociações, e a pessoa que plantava acabava se sujeitando por que também não tinha um transporte pra pegar o seu produto e vender lá em Santarém.

Seu depoimento finaliza com algumas recordações sobre o espaço de trabalho dos juticultores:

Achava interessante era a forma como ela era plantada, que fazia tipo aquelas filas, então a gente era menino e gostava de brincar, papai brigava com a gente por que ia pisar e quebrava e tal, ele se aborrecia as vezes da gente brincar no meio (...). Menino fazia muita festa lá, brincava, aprendia a cortar a juta, quando ele deixava. Por que os períodos na época era escorpião, um outro bichinho que dava no pé, muito no meio da juta. E era divertido pra eles, eu percebia que era divertido. Se você fosse fazer uma visita na costa do Amazonas, você ia perceber que algumas famílias lá são estruturadas financeiramente mais porque os pais dessas pessoas que moram lá trabalharam justamente na juta, na plantação de maniva, lá na região, feijão, melancia, e a partir então veio a criação do gado, e depois a pesca. É tanto

que esse pessoal vive bem lá, vive mais de criar gado e de pesca livre, nunca abandonaram a pescaria mas tudo veio dessa evolução de trabalho.

Da maneira como exposto ao longo do trabalho, é possível ver que a literatura referente ao tema de relações de trabalho no interior da Amazônia não supre completamente a realidade vivida por quem presenciou o sistema de aviamento em seu cotidiano. Assim é válido afirmar que o estudo para a compreensão dos modos de vida dos habitantes locais deve atentar para as relações que tanto os pequenos produtores, mas também agentes de comercialização mantinham entre si, apresentando novas possibilidades de apreensão sobre seus integrantes, que quebram com a lógica mercantilista de subjugação de produtores pelo mercado, pois como visto, estes possuem consciência do sistema em que estão postos possuindo também liberdade de compra e venda de seus produtos e mercadorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi discutido ao longo do trabalho sobre a juta evidencia a singularidade de relações que se estabeleciam entre os sujeitos integrantes da estrutura de produção de fibra de juta e sobre as relações de trabalho no interior amazônico. O que foi exposto tendo como ponto de partida a delimitação da cadeia produtiva da juta adentra territórios pouco ou ainda não conhecidos das relações sociais entre os habitantes da região amazônica, apresentando conceitos plurais e diversos não enraizados à finalidade econômica recorrente na história.

Da maneira como o sistema de aviação representou uma transformação na vida dos produtores, as dimensões que tal sistema abarca apresentam ser uma fonte rica de estudos para as ciências sociais e humanas de um modo geral. A jiticultura por fazer interagir pessoas de diferentes contextos e lugares em finalidades parecidas ou complementares apresenta possibilidades diversas de compreensão sobre conceitos como “trabalho”, “dívida”, “liberdade”, “crédito” entre alguns mais, perante as considerações feitas com base na pesquisa.

Fazendo paralelo com a literatura sobre o sistema de aviação na economia amazônica, um contraste é perceptível, no que diz respeito à mobilidade do pequeno produtor neste sistema produtivo. Restringida em algumas situações da história, a subalternidade característica do sistema de comércio regional é visto de forma mais branda e sutil dentro do contexto estudado. Tal aspecto demonstra a necessidade de compreensão dos conceitos inerentes ao tema além de um argumento pecuniário ou de caráter meramente econômico da mesma forma que o papel representado pelos agentes situados neste meio seja analisado levando-se em consideração as particularidades de suas atividades e dos vínculos que mantinham com entre si.

A constituição das narrativas relativas ao trabalho junto aos jiticultores apresentou a diversidade de temas abordados sobre a economia local, interações sociais e saberes inerentes ao modo de vida local que se relacionavam em certa medida com forças externas que operavam em segmentos definidos da sociedade. Na medida em que o cultivo da planta foi realizada até a estagnação de sua produção, várias mudanças ocorreram na vida dos interlocutores em decorrência das relações que mantinham com a rede de pessoas relacionadas ao seu desenvolvimento. Em meio a outros agentes e outras possibilidades de relacionamento com a sociedade a dinâmica de vida dos

pequenos produtores e negociantes durante parte do século passado foi bastante influenciada, lançando novas expectativas e realidades para estes.

Ao apresentar características pouco similares do que é comumente conhecido sobre o sistema de aviamento, as relações mediadas por este sistema de comércio de certa maneira são correspondentes a mudanças nos esquemas de produção e dos agentes que compunham tal esquema. Ao elencar novos personagens como bancos e agentes financiadores governamentais, o contexto de comércio local impunha novas práticas de relacionamento a outras já estabelecidas e mediadas por conceitos de generosidade e assistência.

Os esquemas demonstrados sobre a troca de mercadorias mediada pela fibra de juta apontam também para relações de assistência entre os agentes, estabelecidos em torno da comercialização realizada ao longo da área de várzea. As trocas, além disso, mantinham o fluxo de mercadorias que saíam e que entravam no comércio, atuando com crédito formal e informal para o beneficiamento regional da fibra, o que ao aproximar indústrias e emprego de mão-de-obra decorrente dela deixava uma grande quantidade de dinheiro na economia local, circulando tanto nas cidades como no interior, da mesma forma que outras mercadorias.

A proximidade com agentes como o mercado internacional de fato deixou impressões no contexto social das áreas produtoras de juta conforme este mercado se estabelecia suprimindo a demanda dos agentes locais e abastecia o mesmo com matéria-prima, o que depois da integração industrial para beneficiamento deste item levou ao aumento e difusão de sua produção colocando um contingente maior de pessoas envolvidas nesta interação.

Como é recorrente na história da economia da Amazônia, o sucesso e auge da atividade em torno da planta na região logo se viram estagnadas, pouco valorizada no ponto de vista técnico e colapsada pela concorrência de outros segmentos. Seu declínio e inviabilidade de produção deixaram um hiato nas relações de trabalho em algumas áreas de produção perdurando até os dias atuais, em que seu cultivo ainda é feito de forma rudimentar e carente de incentivos de várias partes. Economicamente a juta tornou-se inviável pelo alto custo que representa em comparação com outras matérias-primas que servem para o acondicionamento de produtos naturais, da mesma forma que a retribuição pelo modo como o trabalho é praticado é pelo que parece menos valorizado do que antigamente.

Ainda assim o estudo sobre as relações sociais em torno da produção de juta apresentam novos caminhos para a compreensão sobre como as relações de trabalho ocorriam na região em torno do comércio de produtos naturais. Foi observado que o sistema de aviamiento ainda é presente em outras economias locais obedecendo a outras dinâmicas em seus contextos específicos, operando de acordo com o modo como a dinâmica entre seus agentes se dá na exploração e coleta dos recursos naturais, envolvendo saberes e outras trocas diversas entre os mesmos.

O debate acerca das modalidades em que o trabalho é empregado na Amazônia pode ser adensado com novas perspectivas sobre as categorias referentes ao trabalho no interior amazônico juntamente com outros conceitos alusivos ao contexto social em que a coleta de bens naturais por mercadorias baseadas em dívidas é explícita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ano 9, n. 25, 1994;
- ARENSBERG, C.; KIMBALL, S. Relações de crédito na Irlanda rural. In: DAVIS, S. (Org.). **Antropologia do direito**. Estudo comparativo de categorias de dívida e contrato. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973, p.86-100;
- BERTAUX, D. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses pontentialités. **Cahiers internationaux de Sociologie**, v. LXIX, p. 1997-225, 1980;
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil 1960**: situação, recursos e possibilidades. Brasília, 1960;
- CARDOSO, F. H., & MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2008. 168p.;
- CARVALHO, L. G. (Org.). **Memórias de trabalho**: balateiros de Monte Alegre. Rio de Janeiro: Iphan, 2011;
- DIAS, M. C., XAVIER, J. J. B. N., BARRETO, J. F. **Recomendação Técnica para a juta**. Manaus. Dezembro, 2008;
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989;
- GENTIL, Janete Marília Lobato. A juta na agricultura de várzea na área de Santarém-Médio Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Belém: v. 4, n. 2, 1988;
- GONÇALVES, Regina. M. **Juta e malva na Amazônia**. Belém: UFPA, 1967;
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. De Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006;
- HOMMA, A. **A civilização da juta na Amazônia: expansão e declínio**. In: Congresso Brasileiro De Economia E Sociologia Rural, 1995. **Anais**. Brasília;
- _____. O desenvolvimento da agroindústria no Pará. Saber. **Ciências Exatas e Tecnologia**, Belém, v. 3, Edição Especial, p. 49-76, jan./dez. 2001;
- IBGE. www.ibge.org.br. Acesso em: 16 de maio de 2014;
- IBIAPINA, I. ; BURSZTYN, M.. **A Escravidão por Dívidas nas Carvoarias da Amazônia**. In: XXIX Congresso Latinoamericano de Sociología - ALAS, 2013, Santiago - Chile. Crisis y Emergencias Sociales en América Latina, 2013;
- LEDO, Berlando. Fibras vegetais (juta, malva, rami) e fibras de polipropileno. Brasília: 1978 apud. SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes. **A Trajetória Da Companhia Têxtil De Castanhal: a mais pura fibra da Amazônia**. Dissertação (Mestrado) –

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008;

LÉVI-STRAUSS, Claude. **La Pensée Sauvage**. Paris: Plon. 1962;

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Trad. Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Pensadores);

MCGRATH, D. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia Tradicional. **Novos Cadernos NAEA**, vol. 2, nº 2, dezembro 1999;

NASCIMENTO, Cristo; HOMMA, Alfredo. **Amazônia: meio ambiente e tecnologia agrícola**. Belém, EMBRAPA-CPATU, 1984;

PEREIRA, M. S.; WITKOSKI, A. C. Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**. v. 15, n. 1, p. 273-290, jun 2012;

PAIVA, Alciane Matos de. **Agricultura camponesa: no contexto da produção de juta e malva na várzea do Estado do Amazonas**. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói – RJ. A Questão da Reforma Agrária na América Latina: Balanços e Perspectivas, 2009;

SAMPAIO, Aldo César Figueira. **O Trabalho de Sísifo: crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviação. 1914-1919, 1943-1952**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento do Trópico Úmido. Belém, 2002;

SILVA, Maria Martins da. **Revitalização da juta no município de Alenquer: o caso da Vila de Palha e Salvação**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Pará;

SILVA, Sandra Helena. **Mulheres cultivadoras de juta e malva na região do Baixo-Amazonas**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013;

SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes. **A Trajetória Da Companhia Têxtil De Castanhal: a mais pura fibra da Amazônia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008;

SOUZA, H. H. de. et al, (2010). **Sustentabilidade e sociedade: máquina descortçadora de fibra de malva (*Urena Lobata L.*), tecnologia social a serviço dos caboclos ribeirinhos do Amazonas**. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte. Manaus, 2010;

SOARES, Laudelino e LIBONATI, Virgílio. Problemas atuais da jicultura amazônica. **Pesq. agropec. bras.** 1:1-6, 1966;

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992;

TRISTAN, Daniela Rebelo Monte. **Trabalhadores da Tecejuta: Experiência Operária e Construção da Memória numa Fábrica Têxtil do Oeste do Pará**

(Santarém, 1951-1990). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016;

VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades In: **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994;

WINKLERPRINS, A. M. G. A. Jute cultivation in the Lower-Amazon, 1940-1990: an ethnographic account from Santarém, Pará, Brazil. **Journal of Historical Geography**. 32, (2006), 818-838.